

 **São Martinho S.A.**
**Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de março de 2012 e
relatório dos auditores independentes**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
São Martinho S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da São Martinho S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da São Martinho S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Martinho S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Martinho S.A. em 31 de março de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Martinho S.A. e suas controladas em 31 de março de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da São Martinho S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

**Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de março de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 25 de junho de 2012.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

Índice

Balancos patrimoniais	2
Demonstrações do resultado	3
Demonstrações do resultado abrangente	4
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Demonstrações do valor adicionado	7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	8
2 Resumo das principais políticas contábeis	13
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	26
4 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor	28
5 Gestão de risco financeiro	29
6 Instrumentos financeiros por categoria	38
7 Caixa e equivalentes de caixa	40
8 Contas a receber de clientes	40
9 Estoques	41
10 Tributos a recuperar	42
11 Partes relacionadas	43
12 Outros ativos	46
13 Aplicações financeiras	46
14 Investimentos	47
15 Ativos biológicos	50
16 Imobilizado	53
17 Intangível	56
18 Empréstimos e financiamentos	57
19 Fornecedores	61
20 Obrigações com a Copersucar	61
21 Tributos parcelados	62
22 Outros passivos	63
23 Patrimônio líquido	63
24 Plano de benefício a empregados e administradores	66
25 Programa de participação nos lucros e resultados	66
26 Imposto de renda e contribuição social	67
27 Subvenção para investimentos	70
28 Compromissos	71
29 Provisão para contingências	72
30 Instrumentos financeiros derivativos	74
31 Informação por segmento (consolidado)	87
32 Receitas	87
33 Custos e despesas por natureza	88
34 Outras receitas (despesas), líquidas	88
35 Resultado financeiro	88
36 Lucro por ação	89
37 Cobertura de seguros	89
38 Aquisição de participação societária	89

São Martinho S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011			2012	2011	2012	2011
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	288.554	116.461	410.567	222.219	Empréstimos e financiamentos	18	117.551	80.291	247.504	140.982
Contas a receber de clientes	8	33.869	50.439	38.399	59.673	Instrumentos financeiros derivativos	30	13.542	25.910	14.269	25.910
Instrumentos financeiros derivativos	30	10.283	5.967	11.063	5.967	Fornecedores	19	56.751	46.642	76.655	61.096
Estoques	9	104.624	116.042	137.375	139.106	Obrigações com a Copersucar	20	2.040	2.040	2.356	2.203
Tributos a recuperar	10	28.977	12.650	39.701	33.520	Salários e contribuições sociais		44.790	37.015	57.297	44.000
Imposto de renda e contribuição social	26	17.658	1.023	20.550	5.037	Tributos a recolher		9.376	18.294	12.199	20.343
Dividendos a receber		8.604				Imposto de renda e contribuição social	26		829	240	829
Outros ativos	12	4.905	4.958	5.551	5.692	Partes relacionadas	11		33	224	705
		<u>497.474</u>	<u>307.540</u>	<u>663.206</u>	<u>471.214</u>	Dividendos a pagar	23	30.070	9.180	30.070	9.180
						Adiantamentos de clientes		5.810	14.455	8.418	14.475
						Aquisição de participações societárias	38	57.906		57.906	
						Outros passivos	22	13.769	21.398	10.215	21.137
								<u>351.605</u>	<u>256.087</u>	<u>517.353</u>	<u>340.860</u>
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	18	671.412	335.790	984.865	570.711
Aplicações financeiras	13			6.541	2.848	Obrigações com a Copersucar	20	200.409	201.650	222.007	207.645
Estoques	9	13.927		26.877		Tributos parcelados	21	49.873	54.910	57.873	55.833
Partes relacionadas	11	17.672	4.833	3.788	33	Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	404.681	375.874	820.201	728.368
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26			38.227	43.917	Provisão para contingências	29	68.064	70.043	74.259	74.284
Contas a receber da Copersucar		1.545	9.749	1.737	9.939	Aquisição de participações societárias	38	55.569		55.569	
Tributos a recuperar	10	23.413	14.354	46.581	37.220	Adiantamentos para futuro aumento de capital	11			23.543	
Depósitos judiciais	29	41.784	30.564	44.972	32.367	Outros passivos	22	6.817	10.411	6.819	10.471
Outros ativos	12	253	5.619	395	7.101			<u>1.456.825</u>	<u>1.048.678</u>	<u>2.245.136</u>	<u>1.647.312</u>
		98.594	65.119	169.118	133.425						
Investimentos	14	1.376.929	1.213.426	8.262		Patrimônio líquido	23				
Ativos biológicos	15	443.536	342.152	632.904	435.532	Capital social		455.900	455.900	455.900	455.900
Imobilizado	16	1.413.608	1.328.183	3.244.267	2.864.761	Ajustes de avaliação patrimonial		1.272.558	1.304.969	1.272.558	1.304.969
Intangível	17	2.967	1.831	69.410	36.726	Reservas de lucros		308.867	194.516	308.867	194.516
		<u>3.335.634</u>	<u>2.950.711</u>	<u>4.123.961</u>	<u>3.470.444</u>	Ações em tesouraria		(12.753)	(1.899)	(12.753)	(1.899)
						Opções de ações outorgadas		106		106	
								<u>2.024.678</u>	<u>1.953.486</u>	<u>2.024.678</u>	<u>1.953.486</u>
Total do ativo		<u>3.833.108</u>	<u>3.258.251</u>	<u>4.787.167</u>	<u>3.941.658</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>3.833.108</u>	<u>3.258.251</u>	<u>4.787.167</u>	<u>3.941.658</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Martinho S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de março

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Receitas	32	1.153.129	569.836	1.366.990	1.295.046
Custo dos produtos vendidos	33	(843.734)	(382.639)	(990.438)	(895.702)
Lucro bruto		309.395	187.197	376.552	399.344
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	33	(47.724)	(19.671)	(53.748)	(58.205)
Despesas gerais e administrativas	33	(100.941)	(43.912)	(120.499)	(101.130)
Resultado de equivalência patrimonial	14	20.539	79.002	(451)	
Outras receitas (despesas), líquidas	34	27.633	(15.025)	26.987	(4.244)
		(100.493)	394	(147.711)	(163.579)
Lucro operacional		208.902	187.591	228.841	235.765
Resultado financeiro	35				
Receitas financeiras		61.067	22.501	75.692	39.473
Despesas financeiras		(84.479)	(42.674)	(116.006)	(101.607)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(17.572)	6.556	(22.324)	23.465
		(40.984)	(13.617)	(62.638)	(38.669)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		167.918	173.974	166.203	197.096
Imposto de renda e contribuição social	26(b)				
Do exercício		(16.472)	(25.193)	(16.333)	(59.496)
Diferidos		(24.835)	(6.493)	(23.259)	4.688
Lucro líquido do exercício		126.611	142.288	126.611	142.288
Lucro básico e diluído por ação	36			1,12	1,26

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Martinho S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de março Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	126.611	142.288	126.611	142.288
Outros componentes do resultado abrangente				
Resultado com derivativos - <i>hedge accounting</i>	6.461	(61.121)	6.461	(61.121)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>133.072</u>	<u>81.167</u>	<u>133.072</u>	<u>81.167</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Martinho S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Ajustes de avaliação patrimonial											Total do patrimônio líquido	
	Nota	Capital social	Resultado com derivativos - hedge accounting				Reserva de lucros				Lucros (prejuízos) acumulados		
			Própria	De investidas	Própria	De investidas	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais	Ações em tesouraria			Opções outorgadas
Em 1º de abril de 2010	23	360.000	423.429	934.418	25.458	20.363	9.731	200.062	8.838	(1.899)		(71.009)	1.909.391
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos									(8.838)				(8.838)
Realização de mais-valia de deemed cost			(21.087)	(16.995)								38.082	
Resultado com derivativos - hedge accounting					(40.758)	(20.363)							(61.121)
Aumento de capital com reserva		95.900						(95.900)					
Incorporação de deemed cost da USM			243.345	(243.345)									504
Ajuste pela redução de participação em investida				504									
Lucro líquido do exercício												142.288	142.288
Destinação do lucro:													
Constituição de reservas						5.468	54.093					(59.561)	
Dividendos mínimos obrigatórios												(9.180)	(9.180)
Dividendos adicionais propostos									21.062			(21.062)	
Distribuição de juros sobre capital próprio												(19.558)	(19.558)
Em 31 de março de 2011	23	455.900	645.687	674.582	(15.300)		15.199	158.255	21.062	(1.899)			1.953.486
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos									(21.062)				(21.062)
Realização de mais-valia de deemed cost			(38.508)	(364)								38.872	
Resultado com derivativos - hedge accounting					6.461								6.461
Incorporação de deemed cost da OMTEK			3.374	(3.374)									
Aquisição de ações de emissão própria										(10.854)			(10.854)
Opções de ações outorgadas											106		106
Lucro líquido do exercício												126.611	126.611
Destinação do lucro:													
Constituição de reservas						6.331	123.068					(129.399)	
Dividendos mínimos obrigatórios												(30.070)	(30.070)
Dividendos adicionais propostos									6.014			(6.014)	
Em 31 de março de 2012	23	455.900	610.553	670.844	(8.839)		21.530	281.323	6.014	(12.753)	106		2.024.678

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Martinho S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de março Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	126.611	142.288	126.611	142.288
Ajustes				
Depreciação e amortização	145.091	95.881	184.963	143.587
Ativos biológicos colhidos (depreciação)	147.642	47.012	166.910	186.773
Varição no valor justo de ativos biológicos	(37.543)	11.516	(31.978)	34.298
Resultado de equivalência patrimonial	(20.539)	(79.002)	451	
Ganho de capital em investimento controlado em conjunto	(13.720)	(8.533)	(13.720)	(24.666)
Deságio apurado em compra de investimentos	(11.259)		(11.259)	
Resultado de investimento e imobilizado baixados	1.096	(1.864)	1.178	(2.102)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	90.831	13.757	121.705	56.243
Constituição de provisão para contingências, líquidas	6.577	20.494	5.832	22.394
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.835	6.493	23.259	(4.688)
Provisão (reversão) para perdas na realização dos estoques	149		(3.222)	3.799
Ajuste a valor presente e outros	5.028	1.686	5.086	(1.743)
	464.799	249.728	575.816	556.183
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	20.887	(12.981)	26.578	(25.068)
Estoques	6.852	127.651	11.506	(41.955)
Tributos a recuperar	(24.094)	12.882	(23.566)	28.636
Aplicações financeiras			(3.933)	(2.812)
Partes relacionadas	3.216	(5.403)	(1.623)	340
Outros ativos	(8.832)	(1.503)	(9.992)	(6.129)
Fornecedores	(2.984)	(93.425)	(14.223)	(4.927)
Salários e contribuições sociais	7.310	(2.796)	9.803	6.269
Tributos a recolher	2.869	16.307	1.868	26.649
Impostos parcelados	(10.119)	2.002	(10.707)	3.467
Provisão para contingências - liquidações	(16.036)	(8.584)	(16.767)	(18.033)
Outros passivos	(22.715)	10.230	(24.464)	17.707
Caixa proveniente das operações	421.153	294.108	520.296	540.327
Juros pagos	(13.464)	(13.796)	(37.708)	(50.594)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.893)	(11.233)	(14.322)	(23.878)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	394.796	269.079	468.266	465.855
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação de recursos em investimentos	(60.594)	410	(59.010)	410
Adições ao imobilizado e intangível	(220.886)	(91.686)	(308.318)	(223.103)
Adições aos ativos biológicos (plantio e tratos)	(213.367)	(96.159)	(308.041)	(235.828)
Recebimento de recursos pela venda de imobilizado	3.477	4.108	3.649	7.302
Recebimento de recursos pela venda de investimento Uniduto	6.085		6.782	
Aumento no caixa e equivalentes de caixa de investida por mudança de participação societária			100.588	143.165
Caixa e equivalentes de caixa incorporado de controlada	1.320	65.004		
Adiantamento para futuro aumento de capital	(17.864)		(5.364)	153
Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos	21.373	119.576		
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	(480.456)	1.253	(569.714)	(307.901)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Instrumentos financeiros derivativos	(965)	(6.504)	(533)	(34.789)
Captação de financiamentos - terceiros	616.318	51.458	696.997	571.483
Amortização de financiamentos - Copersucar	(8.246)	(3.189)	(8.460)	(5.807)
Amortização de financiamentos - terceiros	(308.257)	(184.971)	(379.962)	(562.583)
Captação (pagamento) de recursos de partes relacionadas - mútuo				(103)
Adiantamento para futuro aumento de capital			22.851	295
Compra de ações em tesouraria	(10.854)		(10.854)	
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(30.243)	(34.865)	(30.243)	(34.865)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	257.753	(178.071)	289.796	(66.369)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	172.093	92.261	188.348	91.585
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	116.461	24.200	222.219	130.634
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	288.554	116.461	410.567	222.219

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Martinho S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de março Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas				
Vendas brutas de mercadorias e produtos	1.209.511	607.002	1.447.089	1.384.139
Receita referente a construção de ativos próprios	281.140	150.227	397.355	309.649
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa				(15)
Outras receitas	2.799	4.343	3.301	6.202
	<u>1.493.450</u>	<u>761.572</u>	<u>1.847.745</u>	<u>1.699.975</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(394.382)	(152.335)	(432.855)	(362.830)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(346.158)	(186.596)	(492.928)	(457.470)
Recuperação (perda) de valores ativos	(150)		3.289	(3.781)
	<u>(740.690)</u>	<u>(338.931)</u>	<u>(922.494)</u>	<u>(824.081)</u>
Valor adicionado bruto	752.760	422.641	925.251	875.894
Depreciação e amortização	(145.091)	(95.881)	(184.963)	(143.587)
Ativos biológicos colhidos (depreciação)	(147.642)	(47.012)	(166.910)	(186.773)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	460.027	279.748	573.378	545.534
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	20.539	79.002	(451)	
Receitas financeiras	200.535	49.642	236.226	120.324
Outras	26.966	8.323	28.921	25.375
	<u>708.067</u>	<u>416.715</u>	<u>838.074</u>	<u>691.233</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	187.022	79.865	229.167	171.049
Benefícios	63.321	33.656	78.776	59.855
FGTS	14.378	6.937	17.579	15.074
Honorários dos administradores	11.372	7.539	12.720	10.742
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	54.199	49.508	61.189	90.292
Estaduais	1.675	23.575	13.338	34.869
Municipais	403	67	480	306
Menos: incentivos fiscais estaduais			(7.537)	(8.554)
Financiadores				
Juros	52.714	24.435	79.937	70.267
Aluguéis	4.794	2.552	1.961	2.845
Variações cambiais	157.040	20.585	182.858	57.386
Outras	34.538	25.708	40.995	44.814
Juros sobre capital próprio		19.558		19.558
Dividendos	30.070	9.180	30.070	9.180
Lucros retidos do período	96.541	113.550	96.541	113.550
	<u>708.067</u>	<u>416.715</u>	<u>838.074</u>	<u>691.233</u>
Valor adicionado distribuído	<u>708.067</u>	<u>416.715</u>	<u>838.074</u>	<u>691.233</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

1.1 Informações gerais

A São Martinho S.A. (“Companhia”) e suas controladas têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar; cogeração de energia elétrica; exploração agrícola e pecuária; importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades.

Aproximadamente 64% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, de acionistas, de empresas ligadas e de parcerias agrícolas e 36% de fornecedores terceiros.

O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol.

A comercialização de açúcar e etanol é realizada em parceria com a Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool (“SC”) através de acordo comercial, onde os custos, despesas e obrigações decorrentes das operações de venda são rateados proporcionalmente entre a Companhia e suas controladas e a SC, de acordo com os percentuais de participação nos volumes totais comercializados. No exercício anterior, a referida comercialização era efetuada por intermédio do consórcio Allicom.

Como parte de seus objetivos estratégicos a Companhia mantém investimentos nas seguintes controladas, controladas em conjunto e coligadas:

- Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Vale do Mogi”), anteriormente denominada Usina São Martinho S.A. (“USM”);
- Nova Fronteira Bioenergia S.A. (“NF”) e suas controladas:
 - Usina Boa Vista S.A. (“UBV”); e
 - SMBJ Agroindustrial S.A. (“SMBJ”);
- SMA Indústria Química S.A. (“SMA”);
- Usina Santa Luíza S.A. (“USL”);
- São Martinho Energia S.A. (“SME”);
- Omtek Indústria e Comércio Ltda. (“Omtek”) - investimento incorporado pela Companhia em 30 de maio de 2011;
- Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool (“SC”) e sua controlada:
 - Companhia Bioenergética Santa Cruz 1 (“Bio”);
- Agro Pecuária Boa Vista S.A. (“ABV”); e
- CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (“CTC”).

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada no Novo Mercado da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBovespa”), com sede em Pradópolis, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela *holding* LJN Participações S.A. (“LJN”), com participação de 56,12% no capital votante. A LJN, por sua vez, é de propriedade das seguintes *holdings* familiares: Luiz Ometto Participações S.A., João Ometto Participações S.A. e Nelson Ometto Participações Ltda.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de junho de 2012.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.2 Constituição e aumento de capital social da NF

Em 21 de junho de 2010, a Companhia e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, por meio da sua subsidiária Petrobrás Biocombustível S.A. ("PBio") anunciaram a assinatura de um acordo de investimentos para produção de etanol no Estado de Goiás, região Centro-Oeste do Brasil.

Com o acordo, foi constituída uma nova sociedade, a NF, que compreendeu os ativos das subsidiárias UBV e SMBJ. O objetivo é elevar o processamento da UBV e implantar o projeto ("*greenfield*") SMBJ. A PBio terá direito de preferência, em termos e condições de mercado para compra de até 49% da produção de etanol e da energia elétrica excedente da nova sociedade.

Em conexão com o acordo acima mencionado, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17 de setembro de 2010, foi aprovado o aumento de capital social da controlada NF, no montante de R\$ 427.040, mediante a subscrição de 427.039.541 novas ações ordinárias, passando o capital social da controlada ser de R\$ 427.040. A integralização ocorreu mediante conferência da totalidade de ações ordinárias nominativas das empresas UBV e SMBJ, sendo R\$ 111.355 pela Companhia e R\$ 315.684 pela controlada USM (atualmente Vale do Mogi).

Adicionalmente, na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 1º de novembro de 2010, foi aprovado novo aumento de capital social da controlada NF, no montante de R\$ 420.874, mediante a subscrição de 410.293.373 novas ações ordinárias, ao preço unitário de emissão de R\$ 1,025788, passando o capital social da controlada ser de R\$ 847.914. Conforme requerido pela CVM, foi aberto aos acionistas minoritários da Companhia o direito de preferência no aumento de capital, sendo a parcela do capital social exercida por estes de 405.308 ações no montante de R\$ 416. As demais 409.888.065 ações emitidas, no montante de R\$ 420.458, foram subscritas pela PBio, sendo R\$ 257.423 integralizados até 31 de dezembro de 2010 e R\$ 163.035 integralizados em 1º de novembro de 2011.

Devido aos acionistas minoritários terem exercido seu direito na subscrição de ações da NF, para atendimento ao acordo realizado entre a Companhia e a PBio no tocante a esta possuir 49% do capital social do investimento, em 21 de dezembro de 2010 a Companhia vendeu para a PBio 405.308 ações ordinárias pelo montante de R\$ 416. Após a alienação, a participação no capital social subscrito da NF passou a ser de 50,95% para a Companhia, 49% para a PBio e 0,05% para os acionistas minoritários.

Com a redução de participação da Companhia na NF, o saldo consolidado que até 31 de outubro de 2010 contemplava a participação de 100%, em 31 de março de 2011 passou a contemplar a participação de 62,89%, calculada com base no capital integralizado. Adicionalmente, a referida integralização por parte da PBio e a alienação de ações aos acionistas minoritários geraram ganho de capital líquido para a Companhia e para a USM, nos montantes de R\$ 8.532 e R\$ 24.666, respectivamente, os quais foram registrados diretamente no resultado do exercício, como "Outras receitas (despesas), líquidas", por terem sido caracterizados como ganho na perda parcial de controle no âmbito de constituição de *joint venture* com contribuição de ativos, conforme interpretação da norma internacional SIC 13 - "*Jointly controlled entities - non-monetary contributions by venturers*", com essência comercial.

Em 31 de março de 2012, após a integralização de capital pela Pbio no valor de R\$ 163.035, ocorrida em 1º de novembro de 2011, o percentual de participação da Companhia na NF foi reduzido de 62,89% para 50,95% (calculado com base no capital integralizado). Consequentemente, a referida integralização gerou um ganho de capital líquido para a Companhia no montante de R\$ 13.720, que também foi registrado diretamente no resultado do exercício, como "Outras receitas (despesas), líquidas", em linha com o acima mencionado.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.3 Cisão total da Mogi Agrícola S.A. (“Mogi”)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de novembro de 2010, foi aprovada cisão total dos ativos e passivos da Mogi Agrícola S.A., com base em laudo de avaliação a valor contábil de 30 de setembro de 2010, emitido por peritos avaliadores independentes, com subsequente incorporação do acervo líquido cindido por seus acionistas, a USM (atualmente Vale do Mogi) e a ARDR - Agro São José Ltda. (“ARDR”). O acervo líquido cindido, bem como a parcela incorporada pela USM, incluindo as variações patrimoniais até 31 de outubro de 2010 foi:

Ativo	Acervo líquido incorporado pela USM (atualmente Vale do Mogi)		Passivo	Acervo líquido incorporado pela USM (atualmente Vale do Mogi)	
	Acervo líquido cindido pela Mogi	Acervo líquido incorporado pela USM (atualmente Vale do Mogi)		Acervo líquido cindido pela Mogi	Acervo líquido incorporado pela USM (atualmente Vale do Mogi)
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	Fornecedores	2	2
Impostos a recuperar	7	7	Tributos a recolher	3	3
	<u>8</u>	<u>8</u>		<u>5</u>	<u>5</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	334	33			
Imobilizado	<u>57.139</u>	<u>26.416</u>			
Total do ativo	<u><u>57.481</u></u>	<u><u>26.457</u></u>	Total do passivo	<u><u>5</u></u>	<u><u>5</u></u>
Total do acervo líquido incorporado pela USM (atualmente Vale do Mogi)					<u><u>26.452</u></u>

1.4 Cisão parcial da USM com versão do acervo líquido cindido para a Companhia

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2010, foi aprovada cisão parcial dos ativos e passivos da USM, com base em laudo de avaliação a valor contábil de 31 de outubro de 2010, emitido por peritos avaliadores independentes, com incorporação do acervo líquido cindido pela Companhia. O objetivo da operação foi o de reorganizar as atividades operacionais das sociedades, concentrando na Companhia as atividades operacionais de industrialização, fabricação e comércio de açúcar, etanol e seus derivados, bem como a cogeração de energia elétrica, e na USM concentrar o acervo de imóveis (terras). A operação proporcionará maior eficiência das operações, especialmente no âmbito financeiro e fiscal, e a otimização do acesso a capitais, objetivando maiores níveis de competitividade e produtividade. Após a cisão parcial de seus ativos e passivos, a USM alterou sua denominação social para Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A. O acervo líquido cindido pela USM e incorporado pela Companhia, incluindo as variações patrimoniais até 30 de novembro de 2010, bem como os reflexos decorrentes dos novos CPCs/IFRS foi:

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tivo	A cervo líquido cindido	Passivo	A cervo líquido cindido
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	65.004	Em prêmios e financiamentos	101.506
Contas a receber de clientes	26.592	Instrumentos financeiros derivativos	15.856
Estoques	269.797	Fornecedores	120.878
Tributos a recuperar	10.480	Obrigações Copersucar	1.450
Outros ativos	3.960	Salários e contribuições sociais	30.775
	<u>375.833</u>	Tributos a recolher	10.164
		Outros passivos	32.669
Não circulante			<u>313.298</u>
Realizável a longo prazo		Não circulante	
Partes relacionadas	2.597	Em prêmios e financiamentos	330.146
IR e CS diferidos	49.864	Obrigações Copersucar	137.313
Tributos a recuperar	8.944	Impostos parcelados	35.806
Outros ativos	3.195	IR e CS diferidos	204.226
	<u>64.600</u>	Provisão para contingências	20.541
		Outros passivos	820
Investimentos	337.774		<u>728.852</u>
Ativos biológicos	214.376		
Imobilizado	492.510		
Intangível	1.142		
	<u>1.045.802</u>		
Total do ativo	<u>1.486.235</u>	Total do passivo	<u>1.042.150</u>
		Total do acervo líquido cindido e incorporado	<u>444.085</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.5 Incorporação da Omtek Indústria e Comércio Ltda. (“Omtek”)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de maio de 2011, foi aprovada incorporação dos ativos e passivos da Omtek Indústria e Comércio Ltda., com base em laudo de avaliação a valor contábil de 30 de abril de 2011, emitido por peritos avaliadores independentes. O acervo líquido incorporado pela Companhia, incluindo as variações patrimoniais até 30 de maio de 2011, foi:

A t i v o	A c e r v o l í q u i d o c i n d i d o	P a s s i v o	A c e r v o l í q u i d o c i n d i d o
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	1.320	Fornecedores	723
Contas a receber de clientes	321	Salários e contribuições sociais	465
Estoques	1.400	Tributos a recolher	57
Tributos a recuperar	13.799	Outros passivos	21
Outros ativos	895		
	<u>17.735</u>		<u>1.266</u>
Não circulante		Não circulante	
Realizável a longo prazo		Impostos parcelados	469
IR e CS diferidos	259	IR e CS diferidos	1.760
Tributos a recuperar	49	Provisão para contingências	358
Outros ativos	262		
	<u>570</u>		<u>2.587</u>
Imobilizado	9.198		
Intangível	2		
	<u>9.200</u>		
Total do ativo	<u>27.505</u>	Total do passivo	<u>3.853</u>
		Total do acervo líquido cindido e incorporado	<u>23.652</u>

1.6 Aquisição de participação societária na Santa Cruz S.A. Açúcar e Alcool (“SC”) e Agro Pecuária Boa Vista S.A. (“ABV”)

Em 21 de novembro de 2011, a Companhia adquiriu 32,18% da SC e 17,97% da ABV pelo valor presente total de R\$ 168.072. O pagamento será realizado em três parcelas (uma já paga na data da operação), sem correção monetária, conforme detalhado na Nota 38, juntamente com o detalhamento da operação e os seus reflexos contábeis. Não há contraprestação contingente.

1.7 Alienação da participação acionária na Uniduto Logística S.A. (“Uniduto”)

Em reunião realizada em 16 de abril de 2012, o Conselho de Administração ratificou a venda das ações referente à participação da Companhia na Uniduto, celebrado em 09 de março de 2012 para às empresas Copersucar S.A. e Raízen Energia S.A.

Foram alienadas 12.169.325 ações ordinárias que representam 11,38% do capital social da Uniduto, pelo valor de R\$ 6.085, que foi integralmente recebido na data da assinatura do contrato.

Adicionalmente, nesta mesma data, a controlada em conjunto SC alienou suas ações que representavam 4,05% do capital social da Uniduto (4.331.790 ações ordinárias), pelo valor de R\$ 2.166.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído (*deemed cost*) de terras e terrenos, máquinas e equipamentos industriais e agrícolas e veículos na data de transição para IFRS/CPCs, e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas e controladas em conjunto

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Adicionalmente, a Companhia detém participações societárias de controle conjunto. Nesses casos, o poder de determinar, conjuntamente, as políticas financeiras e operacionais se dão pelos direitos de voto, proveniente das ações ordinárias, e, também, das demais diretrizes estabelecidas nos correspondentes estatutos sociais e acordos de acionistas, firmados entre as partes. Os investimentos em entidades controladas em conjunto são registrados pelo método de consolidação proporcional, no qual a Companhia reconhece nas demonstrações financeiras consolidadas sua participação nos ativos, passivos e nas receitas e despesas da entidade controlada em conjunto.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e das suas controladas e controladas em conjunto, observando os percentuais de participação em vigor e os critérios de consolidação proporcional aplicáveis. Os saldos consolidados incluem as seguintes empresas controladas e controladas em conjunto:

Empresa	Atividades principais
Vale do Mogi (antiga USM) - participação de 100% no capital social.	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de açúcar, etanol e seus derivados, cogeração de energia elétrica, exploração agrícola e participação em sociedades. Após a cisão mencionada na Nota 1.4, tem como objetivo a exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola.
NF - 50,95% de participação no capital social. Em 31 de março de 2011, a Companhia detinha 62,89% de participação, com base no capital social integralizado.	Participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, bem como a gestão e comercialização de bens próprios.
SMA - 50% de participação no capital social.	Produção e comercialização de produtos químicos renováveis de alta performance, bem como outros produtos correlatos.
USL - 41,67% de participação no capital social (49,73% incluindo as participações da SC e ABV).	Prestação de serviços de armazenagem.
SME - participação de 100% no capital social.	Cogeração e comercialização de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento de novas fontes de energia e participação em outras sociedades.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Empresa</u>	<u>Atividades principais</u>
SC - participação de 32,19% no capital social.	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de açúcar, etanol e seus derivados, cogeração de energia elétrica, exploração agrícola e participação em sociedades.
ABV - participação de 17,97% no capital social (32,53% incluindo a participação da SC).	Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola.
Omtex - participação de 100% no capital social. Investimento incorporado pela Companhia em 30 de maio de 2011.	Industrialização e comercialização, no mercado externo, de sal sódico. O ciclo operacional é o mesmo da sociedade controladora, que é a responsável pelo fornecimento, em condições específicas, do melaço de cana-de-açúcar, vapor e energia elétrica, insumos necessários à produção da empresa.

Abaixo seguem as demonstrações resumidas das empresas consolidadas proporcionalmente (controladas em conjunto) pela Companhia:

- NF (consolidado) – Participação de 50,95% no capital social em 31 de março de 2012 (62,89% em 2011):

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ativo circulante	268.772	224.990
Ativo não circulante:		
Realizável a longo prazo	146.816	109.445
Investimentos, ativo biológico, imobilizado em intangível	907.479	801.400
Total do ativo	<u>1.323.067</u>	<u>1.135.835</u>
Passivo circulante	164.404	138.172
Passivo não circulante	359.194	373.811
Patrimônio líquido	799.469	623.852
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.323.067</u>	<u>1.135.835</u>
Receita líquida de vendas	302.536	153.875
Custos e despesas operacionais	(306.082)	(159.192)
Prejuízo operacional, antes dos tributos	(3.546)	(5.317)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>1.650</u>	<u>(1.896)</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- SC (consolidado) – Participação de 32,19% no capital social em 31 de março de 2012:

	2012
Ativo circulante	104.593
Ativo não circulante:	
Realizável a longo prazo	49.321
Investimentos, ativo biológico, imobilizado e intangível	<u>1.025.129</u>
Total do ativo	<u>1.179.043</u>
Passivo circulante	278.143
Passivo não circulante	570.121
Patrimônio líquido	<u>330.779</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.179.043</u>
Receita líquida de vendas	119.610
Custos e despesas operacionais	(141.140)
Prejuízo operacional, antes dos tributos	<u>(21.530)</u>
Prejuízo do exercício	<u>(21.054)</u>

- ABV – Participação de 32,53% no capital social (incluindo a participação da SC) em 31 de março de 2012:

	2012
Ativo circulante	3.444
Ativo não circulante:	
Realizável a longo prazo	43.472
Investimentos e imobilizado	<u>481.754</u>
Total do ativo	<u>528.670</u>
Passivo circulante	12.168
Passivo não circulante	179.789
Patrimônio líquido	<u>336.713</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>528.670</u>
Receita líquida de vendas	119
Custos e despesas operacionais	(8.039)
Prejuízo operacional, antes dos tributos	<u>(7.920)</u>
Prejuízo do exercício	<u>(6.224)</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- USL – Participação de 49,73% no capital social (incluindo as participações da SC e ABV) em 31 de março de 2012 (41,67% em 2011):

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ativo circulante	2.736	4.424
Ativo não circulante:		
Realizável a longo prazo	3.845	1.041
Imobilizado e intangível	5.767	6.743
Total do ativo	<u>12.348</u>	<u>12.208</u>
Passivo circulante	1.660	1.761
Passivo não circulante	25.902	25.188
Passivo a descoberto	(15.214)	(14.741)
Total do passivo e do passivo a descoberto	<u>12.348</u>	<u>12.208</u>
Receita líquida de vendas	653	646
Custos e despesas operacionais	4.974	(1.505)
Prejuízo operacional, antes dos tributos	4.321	(859)
Prejuízo do exercício	<u>(4.287)</u>	<u>(150)</u>

- SMA – Participação de 50% no capital social:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ativo circulante	339	107
Ativo não circulante:		
Realizável a longo prazo	2.790	
Imobilizado e intangível	44.615	1.370
Total do ativo	<u>47.744</u>	<u>1.477</u>
Passivo circulante	2.289	1.434
Passivo não circulante	47.087	
Passivo a descoberto e patrimônio líquido	(1.632)	43
Total do passivo e do passivo a descoberto e patrimônio líquido	<u>47.744</u>	<u>1.477</u>
Prejuízo do exercício	<u>(1.675)</u>	<u>(57)</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Transações e participações de acionistas não controladores

A Companhia trata as transações com participações de acionistas não controladores, quando aplicável, como transações com proprietários de ativos de suas controladas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação direta na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação direta em uma coligada ou controlada em conjunto. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do exercício.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas e as controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com os demonstrativos internos fornecidos para os principais tomadores de decisões operacionais. Os principais tomadores de decisões operacionais, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais são: a diretoria, a presidência e o conselho de administração, responsáveis inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.4 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados como "Variações monetárias e cambiais líquidas (Nota 35)", exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros como: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimo e recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui nenhum ativo financeiro classificado como mantido até o vencimento ou disponível para venda.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e outros ativos", "Caixa e equivalentes de caixa" e "Partes relacionadas" (Notas 7, 8 e 11).

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxo de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da Companhia.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – *impairment*

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e a redução ao valor recuperável é incorrida somente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Se identificada a perda, o valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido no resultado.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por redução ao valor recuperável é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar a redução ao valor recuperável com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a redução ser reconhecida, a reversão da perda será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*.

As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, como quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido.

Os derivativos do Grupo designados como *hedge accounting* são apenas de “fluxo de caixa”, cujas transações estão descritas na Nota 30.

O Grupo documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*.

As operações de *hedge accounting* seguem a política de risco aprovada pela administração da Companhia e de suas controladas e são submetidas a testes periódicos de efetividade, retrospectivo e prospectivo.

Apenas a parcela dos derivativos designada para proteção, alinhada quanto ao prazo, valor e natureza do risco, e comprovadamente efetiva, tem seus resultados potenciais registrados em conta específica de patrimônio líquido (“Ajustes de avaliação patrimonial”), líquida do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como “Resultado financeiro”.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica de “Receita líquida de vendas”, de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do *hedge*.

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 30.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. As contas a receber no mercado externo são ajustadas pela variação cambial apurada na data de fechamento do balanço.

2.9 Estoques

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação. Os gastos incorridos com a manutenção das lavouras de cana-de-açúcar (tratos culturais) são apropriados às safras em andamento e classificados na rubrica “Ativos Biológicos” - Nota 15.

A cana-de-açúcar no momento da colheita é considerada como produto agrícola e é mensurada pelo seu valor justo, menos despesas com vendas, o qual é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo) acumulado do respectivo mês. O valor justo da cana-de-açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

2.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, bem como dos débitos correntes, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 26).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.11 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante. Os correspondentes passivos em discussão são demonstrados na Nota 29.

2.12 Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base em demonstrações financeiras levantadas na mesma data-base da Companhia, conforme demonstrado na Nota 14.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.13 Aquisição de participações societárias

As aquisições de participações societárias são contabilizados pelo método de aquisição, seguindo os mesmos critérios das combinações de negócios (CPC 15). O método envolve a mensuração, na data de aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos e passivos contingentes assumidos aos seus valores justos. O excesso entre a contraprestação da aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio. Se a contraprestação é menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, o ganho por compra vantajosa na aquisição é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período em que ocorre a aquisição. A Companhia terá até um ano após a data de aquisição, período denominado como “período de mensuração”, para mensurar o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos, com a consequente alocação do ágio ou contabilização do ganho pela compra vantajosa, conforme o caso. As variações nos valores justos apurados são ajustadas retroativamente. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” que já existiam na data da aquisição.

O ágio é inicialmente contabilizado a custo, representando o excesso do custo da combinação de negócios sobre o valor justo líquido dos ativos identificáveis adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda com redução ao valor recuperável. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*), ou sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indiquem que o valor contábil possa ser menor do que o valor recuperável.

Custos relacionados com aquisição são contabilizados na demonstração do resultado do período conforme incorridos.

2.14 Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem ao plantio e cultivo de lavouras de cana-de-açúcar, que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

O ciclo produtivo da cana-de-açúcar tem em média cinco anos após o seu primeiro corte, motivo pelo qual são classificadas como cultura permanente.

As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 15.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, em cada período, é determinado pela diferença entre o valor justo e custos incorridos com plantio e tratamentos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, sendo registrado na sub-conta “Variação no valor justo dos ativos biológicos”, na rubrica “Custo dos produtos vendidos”.

Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material e, nesses casos, os gastos incorridos constituem-se como referência de valor justo.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.15 Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, acrescidos de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*) para os grupos de terras e terrenos, máquinas e equipamentos industriais e agrícolas e veículos, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais médias mencionadas na Nota 16. Terras e terrenos não são depreciados.

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

A Companhia optou por avaliar determinados ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição para os CPCs/IFRS; ou seja, 1º de abril de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos tributos diferidos (Nota 16 (a)).

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.16 Intangível

(i) Ágio/deságio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas.

Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Programas de computador (*softwares*)

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

2.17 Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

O imobilizado, e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.18 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. O arrendamento mercantil da Companhia está divulgado na Nota 15 (a).

2.19 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões para contingências estão constituídas por valores atualizados, referentes a questões fiscais, cíveis e trabalhistas, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Companhia.

2.20 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros pagos são classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades operacionais.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.21 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos. Os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais correspondentes.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.22 Reconhecimento de receita e apuração do resultado

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O reconhecimento da receita ocorre quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

(i) Venda de produtos

As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a entrega dos produtos para o cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

(ii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(iii) Demais receitas e despesas/custos

As demais receitas e despesas/custos são reconhecidas no resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada mediante a análise individual dos títulos em atraso ou com perspectivas de inadimplência, passando por uma avaliação sobre a natureza do título, a existência e suficiência de garantidas reais, histórico e outras características.

(b) Provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização dos estoques

A provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização dos estoques é calculada mediante análise do custo médio de produção dos produtos acabados em relação aos seus valores de realização no mercado, menos as despesas com vendas.

(c) Valor justo dos ativos biológicos

O valor justo dos ativos biológicos da Companhia e de suas controladas representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado na Nota 15.

(d) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

(e) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente para que seu registro não apresente uma divergência significativa para o correspondente valor justo no momento inicial. Nesse contexto, a administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período.

(f) Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(g) Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas revisam e, se apropriado, ajustam as vidas úteis de seus ativos, no mínimo anualmente.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Benefícios fiscais de ICMS

Conforme descrito na Nota 27, a UBV possui incentivos fiscais de ICMS concedido pelo governo estadual de Goiás. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a UBV vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

(i) Aquisição de participação societária

Conforme descrito na Nota 38, a administração contratou peritos independentes para a mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos e para a determinação do *purchase pricing allocation* (PPA).

As premissas utilizadas para a determinação do PPA se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de aquisição .

4 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- . IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorreram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações no Grupo. A norma é aplicável para a Companhia e suas controladas a partir de exercícios iniciados em 1º de abril de 2013.
- . O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável para a Companhia e suas controladas a partir de exercícios iniciados em 1º de abril de 2013.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 10. A norma é aplicável para a Companhia e suas controladas a partir de exercícios iniciados em 1º de abril de 2013.
- IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável para a Companhia e suas controladas a partir de exercícios iniciados em 1º de abril de 2013.
- O IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável para a Companhia e suas controladas a partir de exercícios iniciados em 1º de abril de 2013.
- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. O Grupo ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável para a Companhia e suas controladas a partir de exercícios iniciados em 1º de abril de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas dispõem de políticas e procedimentos para administrar, através da utilização de instrumentos financeiros, os riscos de mercado relacionados com variação cambial e volatilidade dos preços do açúcar no mercado internacional de *commodities*, inerentes a seus negócios.

Tais políticas são acompanhadas pela Administração e referendadas pelo Conselho de Administração e incluem: (a) procedimentos de gerenciamento e monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratadas; (b) estimativas do valor de cada risco tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (c) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos e à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base nessas políticas, os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar e etanol da Companhia e de suas controladas contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. As operações contratadas não ultrapassam os volumes e valores de vendas a entregar junto a clientes e têm por objetivo assegurar níveis mínimos de rentabilidade às vendas futuras. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos ou para proteção de ativos ou passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas gerenciam ativamente as posições contratadas, a fim de permitir que sejam feitos ajustes nas posições firmadas em resposta às condições de mercado, operando nos mercados futuros e de opções da bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE *Futures US*) e em mercado de balcão com sólidas instituições financeiras.

5.2 Risco cambial

A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, de maneira mais relevante, em relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas controladas pela Companhia administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação da tesouraria da Companhia. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais futuras e de ativos e passivos reconhecidos, as entidades controladas pela Companhia usam contratos a termo de moedas, NDFs e estratégia de opções. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

A política de gestão de risco financeiro da Companhia é a de proteger o maior volume possível dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.2.1 Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2012:

	R\$	Milhares de US\$ equivalentes
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	44.794	24.592
Contas a receber de clientes	5.819	3.195
Instrumentos financeiros derivativos	11.063	6.074
Total dos ativos	61.676	33.861
Passivos		
Circulante:		
Empréstimos e financiamentos	100.792	55.316
Instrumentos financeiros derivativos	14.269	7.831
Outros passivos	3.279	1.800
Não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	523.149	287.113
Outros passivos	6.557	3.599
Total dos passivos	648.046	355.659
Sub-total líquido	(586.370)	(321.798)
(-) Financiamentos vinculados a exportações - ACC e PPE (*)	585.743	321.466
Exposição líquida passiva	(627)	(332)

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2012 à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 1,8215 por US\$ 1,00 para os ativos e R\$ 1,8221 por US\$ 1,00 para os passivos.

(*) Os saldos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira referem-se substancialmente a empréstimos na modalidade de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio – ACC e Pré-Pagamento de Exportação – PPE, com vencimentos nos meses de junho de 2012 a setembro de 2016, que estão vinculados à exportação de produtos. Tendo em vista que a liquidação dos contratos mencionados acima se dará através de exportações de produtos, a Administração da Companhia entende que estas operações possuem *hedge* natural e que, portanto, as variações cambiais produzirão efeitos temporais nas demonstrações financeiras, sem efeito equivalente no fluxo de caixa da Companhia e suas controladas.

5.3 Risco de volatilidade no preço de *commodities*

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de mudanças no preço de *commodities* em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol.

Em 31 de março de 2012, 5.006 toneladas de açúcar estavam precificadas através de contratos de venda para entregas futuras previstas a partir de abril de 2012, com fixação em um preço médio de 23,62 ¢/lb (centavos de dólar norte-americano por libra peso) junto à bolsa de Nova Iorque - ICE *Futures US*.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.4 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia e suas controladas seguem a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas, conforme definido na política da Companhia. Com relação aos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira a Companhia entende que os juros reagem aos movimentos da economia, de forma que, quando apresentam aumento, de maneira geral a economia está aquecida, permitindo que a Companhia pratique preços de venda acima da média histórica.

5.5 Risco de crédito

A gestão de risco de crédito ocorre através de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia e de suas controladas, por meio da Política de Gestão de Riscos de Contraparte. A Companhia controla mensalmente sua exposição tanto em derivativos quanto em aplicações financeiras, com critérios de concentração máxima em função do *rating* da instituição financeira.

Com relação ao risco de crédito de clientes a Companhia avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado.

5.6 Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para a Companhia e suas controladas e agregada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de março de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham aplicações financeiras representadas substancialmente por operações compromissadas lastreadas por títulos públicos e por fundos de renda fixa, indexados a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado, que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de março de 2012				
Em préstimos e financiamentos	117.551	106.283	483.201	81.928
Instrumentos financeiros derivativos	13.542			
Fornecedores	56.751			
Aquisi�o de participa�o societaria	57.906	55.569		
Outros passivos	13.769	3.538	3.279	
Em 31 de março de 2011				
Em préstimos e financiamentos	80.291	72.062	243.015	20.713
Instrumentos financeiros derivativos	25.910			
Fornecedores	46.642			
Partes relacionadas	33			
Outros passivos	21.398	4.845	5.566	
				Consolidado
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de março de 2012				
Em préstimos e financiamentos	226.228	216.614	658.554	130.973
Instrumentos financeiros derivativos	14.269			
Fornecedores	76.655			
Aquisi�o de participa�o societaria	57.906	55.569		
Outros passivos	10.215	3.537	3.282	
Em 31 de março de 2011				
Em préstimos e financiamentos	140.982	130.467	371.715	68.529
Instrumentos financeiros derivativos	25.910			
Fornecedores	61.096			
Partes relacionadas	705			
Outros passivos	21.137	4.598	5.873	

5.7 An lise de sensibilidade

Em conformidade com a Instru o CVM n  475, a Companhia demonstra no quadro a seguir, uma an lise de sensibilidade sobre os efeitos de varia o do valor justo dos instrumentos financeiros relativos   precifica o e prote o de risco cambial e de outros ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira em 31 de mar o de 2012, que s o considerados pela Administra o como o risco mais relevante a que a Companhia est  exposta. Esta an lise considera as expectativas da Administra o com rela o ao cen rio futuro projetado, por este motivo n o foi auditada pelos auditores independentes.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora:		Cenário provável		Cenários possíveis	
		Taxa/preço médios	Impacto no resultado contábil e fluxo de caixa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Risco					
<u>Risco de taxa de câmbio</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do US\$	1,80	(470)	(10.035)	(19.600)
Contas a receber	Queda do US\$	1,80	(70)	(1.498)	(2.925)
Em prêmios e financiamentos de curto e longo prazo	Alta do US\$	1,85	(6.098)	(117.309)	(228.520)
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	Alta do US\$	1,80	29.550	(122.403)	(274.355)
Contas a pagar	Alta do US\$	1,80	119	(2.310)	(4.739)
<u>Risco de preço</u>					
Contratos a termo de açúcar - NDF	Aumento no preço da commodity	23,97	123	(16.108)	(32.340)
Venda mercado futuro - Etanol	Aumento no preço da commodity	1.182,12	5	(740)	(1.484)
Compra mercado futuro - Açúcar	Queda no preço da commodity	24,58	(41)	(1.455)	(3.399)
Venda mercado futuro - Açúcar	Aumento no preço da commodity	24,06	524	(64.883)	(147.127)
Venda de "call" - Açúcar	Aumento no preço da commodity	24,16	183	(419)	(1.021)
Compra de "call" - Açúcar	Queda no preço da commodity	24,03	(99)	(528)	(957)
Venda de "put" - Açúcar	Aumento no preço da commodity	24,00	44	(225)	(494)
Compra de "put" - Açúcar	Queda no preço da commodity	24,13	(64)	(680)	(1.295)

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado:		Cenário provável		Cenários possíveis	
		Taxa/preço médios	Impacto no resultado contábil e fluxo de caixa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
<u>Risco</u>					
<u>Risco de taxa de câmbio</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do US\$	1,80	(543)	(11.606)	(22.669)
Contas a receber	Queda do US\$	1,80	(71)	(1.508)	(2.945)
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	Alta do US\$	1,85	(9.605)	(167.992)	(326.378)
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	Alta do US\$	1,80	30.024	(124.051)	(278.126)
Contas a pagar	Alta do US\$	1,80	119	(2.310)	(4.739)
<u>Risco de preço</u>					
Contratos a termo de açúcar - NDF	Aumento no preço da commodity	23,97	124	(16.264)	(32.652)
Venda mercado futuro - Etanol	Aumento no preço da commodity	1.199,41	10	(1.800)	(3.610)
Compra mercado futuro - Açúcar	Queda no preço da commodity	24,28	(79)	(4.879)	(10.209)
Venda mercado futuro - Açúcar	Aumento no preço da commodity	24,06	575	(61.518)	(140.499)
Venda de "call" - Açúcar	Aumento no preço da commodity	24,10	239	(580)	(1.400)
Compra de "call" - Açúcar	Queda no preço da commodity	24,03	(99)	(528)	(957)
Venda de "put" - Açúcar	Aumento no preço da commodity	23,99	46	(232)	(510)
Compra de "put" - Açúcar	Queda no preço da commodity	24,10	(80)	(980)	(1.880)
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	Swap (risco queda do US\$)	1,85	(18)	364	745

5.8 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice correspondente à dívida líquida dividida pelo EBITDA. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O EBITDA considerado é o acumulado dos últimos doze meses.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia considera ideal um indicador de até 3,5, ou seja, que a dívida líquida corresponda a 3,5 vezes o EBITDA. É aceitável que em anos de baixo preço, dada a ciclicidade natural do setor, que este indicador atinja valores superiores. Porém, em caso de persistência do indicador em níveis elevados, as ações citadas acima, bem como outras, poderão ser colocadas em prática.

O referido índice é calculado e divulgado trimestralmente no relatório da administração (*release*) da Companhia.

5.9 Apuração do valor justo

A determinação do valor justo (*“fair value”*) dos instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras e preço cotado em mercado ativo, utilizando metodologia usual padrão de apreçamento no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro. A utilização de diferentes hipóteses pode divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados com os valores realizados, tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento de interpretação das informações de mercado.

O valor justo dos futuros negociados na bolsa de Nova Iorque - *Intercontinental Exchange* (ICE Futures US) é calculado pela diferença entre o preço contratual do derivativo e o preço de fechamento de mercado na data base, obtido de cotação em mercado ativo, e conciliado com os saldos credores ou devedores junto às corretoras. O valor justo das opções negociadas na ICE é obtido da cotação em mercado.

O valor justo das opções de câmbio é obtido utilizando o método de *“Black & Scholes”*, utilizando dados públicos de mercado, especificamente a curvas de juros DI e DDI e de dólar futuro publicadas pela BM&F.

O valor justo dos contratos a termo, tanto de câmbio quanto de açúcar, contratados no mercado balcão junto a bancos de primeira linha, é calculado por metodologia de desconto de fluxo de caixa futuro descontado, os quais são baseados em dados de mercado na data de cada efetivação, especificamente as curvas de juros DI e DDI publicadas pela BM&F, a PTAX publicada pelo Banco Central do Brasil, e os preços de futuros de açúcar na bolsa ICE.

A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2); e
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		
Conforme balanço patrimonial	Nível 1	Nível 2	Total
Em 31 de março de 2012			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de etanol	8		8
Futuros de açúcar	4.404		4.404
Opções de açúcar	631		631
Contratos a termo - açúcar		4.518	4.518
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos a termo - câmbio		(12.409)	(12.409)
Contratos de swap		(1.133)	(1.133)
Em 31 de março de 2011			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de etanol	14		14
Opções de açúcar	129		129
Opções de dólar		221	221
Contratos a termo - câmbio		3.894	3.894
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar	(2.634)		(2.634)
Contratos a termo - açúcar		(23.276)	(23.276)
Consolidado			
Conforme balanço patrimonial	Nível 1	Nível 2	Total
Em 31 de março de 2012			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de etanol	(185)		(185)
Futuros de açúcar	4.223		4.223
Opções de açúcar	816		816
Contratos a termo - açúcar		4.548	4.548
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos a termo - câmbio		(12.352)	(12.352)
Contratos de swap		(1.543)	(1.543)
Em 31 de março de 2011			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de etanol	14		14
Opções de açúcar	129		129
Opções de dólar		221	221
Contratos a termo - câmbio		3.894	3.894
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar	(2.634)		(2.634)
Contratos a termo - açúcar		(23.276)	(23.276)

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Instrumentos financeiros por categoria

Controladora				
Ativos conforme balanço patrimonial	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para <i>hedge</i>	Total
Em 31 março de 2012				
Caixa e equivalentes de caixa	288.554			288.554
Contas a receber de clientes	33.869			33.869
Instrumentos financeiros derivativos		722	9.561	10.283
Partes relacionadas	17.672			17.672
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	2.430			2.430
Em 31 março de 2011				
Caixa e equivalentes de caixa	116.461			116.461
Contas a receber de clientes	50.439			50.439
Instrumentos financeiros derivativos	1.709		4.258	5.967
Partes relacionadas	4.833			4.833
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	8.386			8.386
Controladora				
Passivos conforme balanço patrimonial	Passivos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para <i>hedge</i>	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 março de 2012				
Empréstimos e financiamentos	72.199		716.764	788.963
Instrumentos financeiros derivativos	1.133	12.409		13.542
Fornecedores			56.751	56.751
Outros passivos			14.246	14.246
Em 31 março de 2011				
Empréstimos e financiamentos	76.154		339.927	416.081
Instrumentos financeiros derivativos		25.910		25.910
Fornecedores			46.642	46.642
Partes relacionadas			33	33
Outros passivos			17.034	17.034

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado				
Ativos conforme balanço patrimonial	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para <i>hedge</i>	Total
Em 31 março de 2012				
Caixa e equivalentes de caixa	410.567			410.567
Aplicações financeiras		6.541		6.541
Contas a receber de clientes	38.399			38.399
Instrumentos financeiros derivativos		1.287	9.776	11.063
Partes relacionadas	3.788			3.788
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	2.945			2.945
Em 31 março de 2011				
Caixa e equivalentes de caixa	222.219			222.219
Aplicações financeiras		2.848		2.848
Contas a receber de clientes	59.673			59.673
Instrumentos financeiros derivativos		1.709	4.258	5.967
Partes relacionadas	33			33
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	10.026			10.026
Consolidado				
Passivos conforme balanço patrimonial	Passivos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para <i>hedge</i>	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 março de 2012				
Empréstimos e financiamentos	78.927		1.153.442	1.232.369
Instrumentos financeiros derivativos	1.543	12.726		14.269
Fornecedores			76.655	76.655
Partes relacionadas			224	224
Outros passivos			17.034	17.034
Em 31 março de 2011				
Empréstimos e financiamentos	76.154		635.539	711.693
Instrumentos financeiros derivativos		25.910		25.910
Fornecedores			61.096	61.096
Partes relacionadas			705	705
Outros passivos			31.608	31.608

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Não há históricos de inadimplências relevantes na Companhia e suas controladas.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Rendimentos	Controladora	
		2012	2011
Caixa e bancos		39.011	18.791
Aplicações financeiras			
· LCA - Letra de Câmbio do Agronegócio	40% da variação do CDI - taxa média ponderada		3.008
· CDB	100,90% (março - 100,71%) da variação do CDI - taxa média ponderada	77.036	17.103
· Debêntures compromissadas	102,00% (março - 100,95%) da variação do CDI - taxa média ponderada	172.507	77.559
		<u>288.554</u>	<u>116.461</u>
		Consolidado	
Rendimentos		2012	2011
Caixa e bancos		54.744	20.937
Aplicações financeiras			
· LCA - Letra de Câmbio do Agronegócio	40% da variação do CDI - taxa média ponderada		3.008
· CDB	100,82% (março - 100,75%) da variação do CDI - taxa média ponderada	129.895	82.494
· Debêntures compromissadas	101,94% (março - 101,02%) da variação do CDI - taxa média ponderada	225.928	115.780
		<u>410.567</u>	<u>222.219</u>

O saldo de caixa e bancos compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia e controladas.

Todas as aplicações financeiras podem ser resgatadas em até 30 (trinta) dias, sem perda de rendimentos.

8 Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Clientes mercado interno	28.089	36.303	32.580	44.111
Clientes mercado externo	5.780	14.136	5.819	15.562
	<u>33.869</u>	<u>50.439</u>	<u>38.399</u>	<u>59.673</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para as posições em 31 de março de 2012 e de 2011, não foi identificada pela administração a necessidade de constituição de provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa.

Em 31 de março de 2012, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 824 (R\$ 900 no consolidado) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes que não possuem histórico de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

Vencidas e não provisionadas:	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Até 30 dias	106	14.593	309	16.027
de 31 a 60 dias	256		144	
acima de 60 dias	462	123	447	313
A vencer:				
Em até 30 dias	30.271	33.514	34.094	41.082
de 31 a 60 dias	2.611	2.185	3.192	2.185
acima de 60 dias	163	24	213	66
	33.869	50.439	38.399	59.673

Os valores apresentados como vencidos são, substancialmente, relativos a processos de exportação, os quais eram faturados à vista e, em média, levam 30 dias para a conclusão do processo de recebimento. Em 31 de março de 2012, o prazo médio de recebimento das contas a receber foi de 16 dias (2011 – 23 dias).

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil dos saldos de contas a receber.

9 Estoques

	Controladora	
	2012	2011
Produtos acabados e em elaboração	35.876	66.674
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	49.202	19.931
Insumos, materiais auxiliares, para manutenção e outros	34.000	29.437
Provisão para redução dos estoques a valor de realização	(527)	
	118.551	116.042
Ativo circulante	104.624	116.042
Não circulante	13.927	

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	2012	2011
Produtos acabados e em elaboração	43.558	80.510
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	68.534	23.986
Insumos, materiais auxiliares, para manutenção e outros	52.867	38.510
Provisão para redução dos estoques a valor de realização	(707)	(3.900)
	<u>164.252</u>	<u>139.106</u>
Ativo circulante	<u>137.375</u>	<u>139.106</u>
Não circulante	<u>26.877</u>	

A Companhia visando expandir a sua produção, firmou parcerias para aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros (inclusive sob regime de parceria agrícola), cuja parte da entrega ocorrerá somente em exercício futuros.

10 Tributos a recuperar

A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

	Controladora	
	2012	2011
COFINS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	23.645	18.162
ICMS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	16.427	4.438
PIS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	6.898	3.950
IOF sobre derivativos	4.751	
Outros	669	454
	<u>52.390</u>	<u>27.004</u>
Ativo circulante	<u>(28.977)</u>	<u>(12.650)</u>
Não circulante (substancialmente de créditos sobre aquisições de imobilizado)	<u>23.413</u>	<u>14.354</u>
	<u>23.413</u>	<u>14.354</u>
	Consolidado	
	2012	2011
COFINS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	43.515	42.116
ICMS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	25.777	18.819
PIS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	11.254	9.236
IOF sobre derivativos	4.751	
Outros	985	569
	<u>86.282</u>	<u>70.740</u>
Ativo circulante	<u>(39.701)</u>	<u>(33.520)</u>
Não circulante (substancialmente de créditos sobre aquisições de imobilizado)	<u>46.581</u>	<u>37.220</u>

Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações, ajustados a valor presente quando aplicável (créditos sobre aquisições de imobilizado).

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os créditos sobre aquisições de imobilizado são compensados de acordo com a legislação fiscal aplicável.

11 Partes relacionadas

(a) Saldos da controladora e do consolidado:

	Controladora				
	2012			2011	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante
De controladas e relacionadas:					
Vale do Mogi (anteriormente USM)	466		248	203	
Omtex				2.962	
UBV	3.082		796	80	33
USL	18	1.500		1.586	
SMBJ	1			2	
SME		12.678			
CTC		3.494			
SC	1.120		220		
SMA	86				
Imobiliária Paramirim S/A	1.035				
Outros	17				
Sub-total	5.825	17.672	1.264	4.833	33
De acionistas, decorrentes de compras de cana-de-açúcar - Fornecedores	950		1.812		877
	6.775	17.672	3.076	4.833	910

	Consolidado				
	2012			2011	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante
De controladas e relacionadas:					
Amyris Brasil				23.543	
UBV	1.512		391		
USL	9			1	
SMBJ	1				
CTC		3.546			693
SC	760			30	12
SMA	42				
Imobiliária Paramirim S/A	1.035				
Outros	17	242			2
Sub-total	3.376	3.788	391	23.543	33
De acionistas, decorrentes de compras de cana-de-açúcar - Fornecedores	1.052		1.880		4.541
	4.428	3.788	2.271	23.543	5.246

Em 31 de março de 2012, os saldos no ativo e passivo circulante (classificados em contas a receber e fornecedores no balanço patrimonial) referem-se a compras e vendas de produtos entre a Companhia e suas controladas. Os saldos no ativo e passivo não circulante são adiantamentos para futuro aumento de capital.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações da controladora no exercício:

	2012			
	Despesas financeiras e administrativa	Receita de Vendas	Despesas reembolsadas por controladas	Compras de produtos e serviços
Omttek		47		
UBV		52	7.632	40
USL			363	
Vale do Mogi				34.194
SMA			300	
USC		6.055	111	
Outras			133	
Acionistas				
- aluguel de imóveis	239			
- prestação de serviços	1.272			
- compras de cana-de-açúcar				10.129
	1.511	6.154	8.539	44.363

	2011					
	Receitas financeiras	Receita de vendas	Despesas financeiras e administrativas	Despesas rateadas por controlada	Despesas reembolsadas por controladas	Compras de produtos e serviços
USM		8		2.808	2.509	421
Omttek		7.918			86	43
UBV	11	134			3.298	
USL					68	
Acionistas						
- aluguel de imóveis			195			
- prestação de serviços			693			
- compras de cana-de-açúcar						3.243
	11	8.060	888	2.808	5.961	3.707

As transações com partes relacionadas referem-se a receitas e despesas relativas a venda de melão, vapor, aluguéis de imóveis, prestação de serviços advocatícios e compras de cana-de-açúcar.

As despesas rateadas por controlada referem-se a gastos incorridos pela USM até novembro de 2010, posteriormente pela Companhia, com o centro de serviços compartilhados. As despesas reembolsadas por controladas referem-se a gastos incorridos com o Conselho de Administração e o escritório corporativo. Os rateios estão suportados por contratos celebrados entre as partes.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Transações do consolidado no exercício:

	2012			
	Despesas financeiras e administrativa	Receita de Vendas	Despesas reembolsadas por controladas	Compras de produtos e serviços
UBV		19	3.288	15
USL		30	207	
SMA			150	
USC		5.690	75	
Outras			125	
Acionistas				
- aluguel de imóveis	239			
- prestação de serviços	1.305			
- compras de cana-de-açúcar				10.781
	<u>1.544</u>	<u>5.739</u>	<u>3.845</u>	<u>10.796</u>
				2011
Acionistas				
- aluguel de imóveis				334
- prestação de serviços				1.368
- compras de cana-de-açúcar				<u>9.013</u>
				<u>10.715</u>

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração:

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Honorários e bônus	11.820	9.103	13.007	10.832
Contribuições previdenciárias e sociais	2.364	1.525	2.601	1.742
Outros	567	497	576	560
	<u>14.751</u>	<u>11.125</u>	<u>16.184</u>	<u>13.134</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesas antecipadas	2.728	2.191	3.001	2.767
Adiantamentos diversos	1.437	2.234	1.680	2.333
Outros investimentos	141	5.347	284	5.418
Outros créditos	852	805	981	2.275
	5.158	10.577	5.946	12.793
Ativo circulante	(4.905)	(4.958)	(5.551)	(5.692)
Ativo não circulante	253	5.619	395	7.101

13 Aplicações financeiras

	Rendimentos	Consolidado	
		2012	2011
Aplicações financeiras			
. Fundos - LFT	100% da variação da SELIC	6.541	2.848

Referido saldo da UBV é garantidor de pagamento de financiamento, o que impossibilita seu resgate a qualquer tempo.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Investimentos

14.1 Sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas

O saldo de investimentos da controladora em outras sociedades é composto como segue:

	2012									
	Vale do Mogi	Omttek	SME	NF	SMA	USL	SC	ABV	Outros	Total
Em Sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas:										
Ações/quotas possuídas (milhares)	23.500		1	426.635	50	11.898	1.643	1.146		
Percentual de participação	100,00%		100,00%	50,95%	50,00%	41,67%	32,19%	17,97%		
Capital social	59.540		1	847.906	100	7.341	65.323	224.803		
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	765.539		(162)	799.469	(1.632)	(15.215)	330.779	343.483		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	31.109		(163)	1.650	(1.674)	(4.287)	(21.054)	(5.574)		
Movimentação dos investimentos:										
Saldos em 31 de março de 2011	762.435	24.614		392.341	21	34.015				1.213.426
Reclassificação de outros ativos									5.216	5.216
Dividendos adicionais distribuídos	(20.617)									(20.617)
Aquisição de participação - Nota 36							102.764	65.308		168.072
Deságio (ganho) por compra vantajosa - Nota 38							11.259			11.259
Reclassificação do benefício fiscal sobre ágio - Nota 38								(882)		(882)
Recebimento de juros sobre capital próprio							(756)			(756)
Integralização e aumento de capital						1.583			2.524	4.107
Incorporação de acervo líquido - Nota 1.5		(23.652)								(23.652)
Ganho de capital na operação descrita na Nota 1.2				13.720						13.720
Resultado de equivalência patrimonial	31.109	(962)	(163)	1.281	(837)	(1.781)	(6.778)	(1.001)	(329)	20.539
Reclassificação para investimento disponível para venda									(6.076)	(6.076)
Dividendos mínimos obrigatórios	(7.388)							(1.216)		(8.604)
Reclassificação para o passivo ref. a investimento com Passivo a descoberto - Nota 22										
			163		816	198				1.177
Saldos em 31 de março de 2012	<u>765.539</u>	<u></u>	<u></u>	<u>407.342</u>	<u></u>	<u>34.015</u>	<u>106.489</u>	<u>62.209</u>	<u>1.335</u>	<u>1.376.929</u>

O patrimônio líquido das investidas SC e ABV estão ajustados por mais valia dos ativos e passivos adquiridos nos montantes de R\$ 141.223 e R\$ 106.420, respectivamente.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2011						
	Vale do Mogi	Omt ek	NF	SMA	UBV	USL	Total
Em Sociedades controladas:							
Ações/quotas possuídas (milhares)	23.500	27.971	426.635	50		11.898	
Percentual de participação	100,00%	100,00%	62,89%	50,00%		41,67%	
Capital social	59.540	27.971	684.870	100		3.541	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	762.435	24.614	623.852	43		(14.741)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	88.433	(8.338)	(820)	(57)		(156)	
Movimentação dos investimentos:							
Saldos em 31 de março de 2010	1.263.806	18.906			89.061		1.371.773
Juros sobre o capital próprio recebidos	(15.680)						(15.680)
Dividendos adicionais distribuídos	(93.567)						(93.567)
Incorporação de acervo líquido cindido - Nota 1.4	(444.085)	15.884	287.855	20		34.015	(106.311)
Aumento de capital com adiantamentos - AFAC					8.377		8.377
Ganho (perda) de reserva de reavaliação reflexa, por aumento (diminuição) de participação	2.101	(2.055)				(46)	
Integralização de capital com conferência de ações do capital da UBV			96.246		(96.246)		
Alienação de ações - Nota 1.2			(410)				(410)
Ganho de capital na operação descrita na Nota 1.2			8.943				8.943
Perda reflexa sobre Ajustes de avaliação patrimonial	(37.225)					(26)	(37.251)
Ganho (perda) de capital por diminuição de participação nos resultados acumulados até 31 de março de 2010	(1.348)	(449)			1.797		
Resultado de equivalência patrimonial	88.433	(7.672)	(293)	1	(2.917)	1.450	79.002
Reclassificação para o passivo ref. a investimento com Passivo a descoberto - Nota 22						(1.450)	(1.450)
Saldos em 31 de março de 2011	<u>762.435</u>	<u>24.614</u>	<u>392.341</u>	<u>21</u>		<u>34.015</u>	<u>1.213.426</u>

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as investidas.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.2 Ágio, cisão e incorporação da Etanol Participações S.A. (“EP”)

Em 12 de abril de 2007, a EP adquiriu participação no capital social da USL e da Agropecuária Aquidaban S.A. (“AA”), pelos montantes de R\$ 184.080 e R\$ 61.360, respectivamente, registrando um ágio total no montante de R\$ 210.117, sendo R\$ 154.013 referentes à aquisição da USL e R\$ 56.104 referentes à aquisição da AA, com base nas demonstrações financeiras daquelas empresas levantadas em 31 de março de 2007.

Em 10 de dezembro de 2007, os acionistas da EP comunicaram ao mercado o encerramento das atividades operacionais da USL e AA. Na sequência das deliberações acima, em 21 de dezembro de 2007 os acionistas da EP deliberaram pela cisão total de seus ativos e passivos, os quais foram vertidos para a USL e AA. As participações societárias da EP nos patrimônios da USL e AA foram extintas, e as ações anteriormente detidas pela EP na USL e AA foram atribuídas a seus acionistas.

Em função destas decisões, a distribuição do ágio pago pela EP na aquisição destas controladas entre mais-valia de ativos e rentabilidade futura foi revista e as determinações das Instruções CVM nº. 319, de 3 de dezembro de 1999, e nº 349, de 6 de março de 2001, foram aplicadas no processo de consolidação da controlada USM.

Esta revisão teve como base laudo de avaliação do valor econômico do investimento preparado por peritos independentes considerando a absorção das operações destas controladas pelas acionistas controladoras e a venda de parte significativa de seus ativos imobilizados. Os ativos imobilizados disponibilizados para venda passaram a ser classificados no balanço patrimonial consolidado em rubrica específica no ativo não circulante, compreendendo o custo histórico contábil adicionado do ágio a eles atribuído, os quais somados compõem o valor esperado de realização destes ativos, conforme determinado em laudo de avaliação emitido por peritos independentes. Os ativos imobilizados que não serão vendidos permanecem classificados em rubrica própria, pelo custo histórico de aquisição somado do ágio respectivo. O ágio remanescente foi classificado como rentabilidade futura, líquido do benefício fiscal respectivo e, encontra respaldo em avaliação econômica do investimento segundo a nova premissa operacional estabelecida em dezembro de 2007.

Até 31 de março de 2009, a parcela do ágio relativa à rentabilidade futura estava sendo amortizada em período não superior a 10 (dez) anos, de acordo com a expectativa de retorno do investimento prevista no laudo de avaliação econômica segundo a configuração operacional do investimento. Conforme determinado pelo CPC 01 e pela deliberação CVM 565/08, o ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura deixou de ser sistematicamente amortizado a partir do exercício social iniciado em 1º de abril de 2009 e passou a ser analisado periodicamente quanto à capacidade de recuperação. As análises efetuadas não indicaram a necessidade de constituição de provisão para perdas.

O ágio atribuído aos ativos destinados à venda será amortizado quando da realização de tais ativos. O benefício fiscal oriundo do ágio referente à rentabilidade futura é amortizado conforme sua efetiva utilização nas apurações fiscais.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Após os eventos mencionados acima e as movimentações de amortização e baixa em decorrência dos bens vendidos, a distribuição do ágio no consolidado é como segue:

	Ágio	Amortizações / baixas acumuladas	Saldo líquido em:	
			2012	2011
Rentabilidade futura - Intangível	39.688	(5.673)	34.015	34.015
Mais-valia de ativos destinados à venda	27.415	(27.383)	32	53
Benefício fiscal relativo à parcela da rentabilidade futura - Impostos diferidos	20.446	(15.015)	5.431	9.508
	<u>87.549</u>	<u>(48.071)</u>	<u>39.478</u>	<u>43.576</u>

14.3 Investimentos no consolidado

O saldo de investimento no consolidado é relativo: (i) às investidas indiretas: Agropecuária Caieira do Norte S.A., Monte Sereno Agrícola Ltda. e Agropecuária do Cachimbo S.A., cujos investimentos montam a R\$ 5.448, R\$ 1.343 e R\$ 65, respectivamente; e (ii) à coligada CTC – Centro de Tecnologia Canavieira no montante de R\$ 1.406.

Essas investidas não são consolidadas e os investimentos estão avaliados por equivalência patrimonial.

15 Ativos biológicos

Em 31 de março de 2012, a Companhia, a USC e a UBV possuem lavouras de cana-de-açúcar, cultivadas nos Estados de São Paulo e Goiás, que utilizam como matéria-prima em seus processos industriais. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (“soqueira”) continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente, dando em média um total de cinco ou seis safras.

As terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo:

O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e
- Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

	Consolidado	
	2012	2011
Área total estimada de colheita (ha)	130.068	109.053
Produtividade prevista (ton/ha)	74,42	84,64
Quantidade de ATR por Ton. de cana-de-açúcar (kg)	137,07	137,47
Preço médio projetado de ATR (R\$)	0,5269	0,4323

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e trás os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a sub-conta “Variação no valor justo dos ativos biológicos”, na rubrica “Custo dos produtos vendidos” no resultado do período.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das informações financeiras e são revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício é a seguinte:

	2012	
	Controladora	Consolidado
Ativos biológicos em 31 de março de 2011	342.152	435.532
Redução por perda de participação em controlada - NF		(24.989)
Aquisição de participação na SC		48.915
Aumentos decorrentes de plantio e tratos	213.367	308.041
Variação no valor justo	37.543	31.978
Reduções decorrentes da colheita	(149.526)	(166.573)
Ativos biológicos no final do exercício	<u>443.536</u>	<u>632.904</u>

São Martinho S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Compromissos com arrendamento mercantil operacional, parceria agrícola e compra futura de cana-de-açúcar.

A Companhia e suas controladas firmaram contratos de arrendamentos mercantis, de aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros e de parceria agrícola, por meio de contratos plurianuais. Os termos dos contratos de arrendamento e de compra de cana-de-açúcar têm vigência de seis a doze anos, sendo a maioria renovável no término do período.

Os valores a serem desembolsados em função destas operações serão determinados a cada encerramento de safra pelo preço da tonelada de cana-de-açúcar estabelecido pelo modelo definido pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA. Em 31 de março de 2012 e 2011, os pagamentos totais de arrendamentos e contratos de compra, são estimados como segue:

	Consolidado	
	2012	2011
Menos de um ano	123.716	92.233
Mais de um ano e menos de cinco anos	368.186	273.905
Mais de cinco anos	195.845	121.136
	687.747	487.274

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Imobilizado

	Controladora							
	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações Industriais	Veículos	Máquinas e implem. agrícolas	Outras imobilizações	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de março 2010	549.804	20.486	146.253	13.687	38.649	3.186	20.357	792.422
Custo total	549.804	28.555	196.512	24.864	55.429	8.123	20.357	883.644
Depreciação acumulada		(8.069)	(50.259)	(11.177)	(16.780)	(4.937)		(91.222)
Valor residual	549.804	20.486	146.253	13.687	38.649	3.186	20.357	792.422
Saldos em 31 de março 2010	549.804	20.486	146.253	13.687	38.649	3.186	20.357	792.422
Aquisição			61.452	39	8	353	31.215	93.067
Alienação (residual)	(1.245)		(375)	(624)				(2.244)
Transferências entre contas	400	1.351	5.965	1.756	8.309	1.054	(18.835)	
Acervo incorporado da USM	55.450	45.405	255.960	31.151	69.699	4.443	30.402	492.510
Depreciação		(2.518)	(32.436)	(4.885)	(6.918)	(815)		(47.572)
Saldos em 31 de março 2011	604.409	64.724	436.819	41.124	109.747	8.221	63.139	1.328.183
Custo total	604.409	68.828	445.829	41.895	111.868	32.492	63.139	1.368.460
Depreciação acumulada		(4.104)	(9.010)	(771)	(2.121)	(24.271)		(40.277)
Valor residual	604.409	64.724	436.819	41.124	109.747	8.221	63.139	1.328.183
Saldos em 31 de março 2011	604.409	64.724	436.819	41.124	109.747	8.221	63.139	1.328.183
Aquisição			77.240	16.776	20.619	1.831	116.776	233.242
Alienação (residual)	(2.873)		(58)	(181)	(867)	(100)		(4.079)
Transferências entre contas e para o intangível	10	2.117	58.426	2.749	6.433	4.442	(75.929)	(1.752)
Acervo incorporado da OMTEK	1.260	1.543	6.325			70		9.198
Depreciação		(3.630)	(120.199)	(9.563)	(15.969)	(1.823)		(151.184)
Saldos em 31 de março de 2012	602.806	64.754	458.553	50.905	119.963	12.641	103.986	1.413.608
Custo total	602.806	72.733	520.128	61.148	137.662	38.856	103.986	1.537.319
Depreciação acumulada		(7.979)	(61.575)	(10.243)	(17.699)	(26.215)		(123.711)
Valor residual	602.806	64.754	458.553	50.905	119.963	12.641	103.986	1.413.608
Valor residual de:								
Custo histórico	21.102	20.706	218.539	46.594	75.087	12.641	103.986	498.655
Mais-valia	581.704	44.048	240.014	4.311	44.876			914.953
	602.806	64.754	458.553	50.905	119.963	12.641	103.986	1.413.608
Taxas médias de depreciação		5,30%	10,11%	11,47%	13,00%	12,53%		

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado								
	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações Industriais	Veículos	Máquinas e implem. agrícolas	Benfeitorias em imóveis de 3ºs	Outras imobilizações	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de março 2010	<u>1.745.191</u>	<u>196.419</u>	<u>693.655</u>	<u>75.869</u>	<u>160.650</u>	<u>25.799</u>	<u>11.021</u>	<u>134.155</u>	<u>3.042.759</u>
Custo total	1.745.191	223.652	911.574	115.322	221.909	31.116	34.736	134.155	3.417.655
Depreciação acumulada		(27.233)	(217.919)	(39.453)	(61.259)	(5.317)	(23.715)		(374.896)
Valor residual	<u>1.745.191</u>	<u>196.419</u>	<u>693.655</u>	<u>75.869</u>	<u>160.650</u>	<u>25.799</u>	<u>11.021</u>	<u>134.155</u>	<u>3.042.759</u>
Saldos em 31 de março 2010	<u>1.745.191</u>	<u>196.419</u>	<u>693.655</u>	<u>75.869</u>	<u>160.650</u>	<u>25.799</u>	<u>11.021</u>	<u>134.155</u>	<u>3.042.759</u>
Aquisição		10	83.626	441	128	10.787	1.225	132.359	228.576
Alienação (residual)	(1.652)	(9)	(536)	(1.094)	(1.908)		(1)		(5.200)
Transferências entre contas	803	23.854	67.327	13.832	22.172	1.557	2.527	(132.072)	
Redução de participação na NF	(12.037)	(50.675)	(87.028)	(10.803)	(16.600)	(9.870)	(1.632)	(31.068)	(219.713)
Depreciação		(7.308)	(126.585)	(15.191)	(23.337)	(7.347)	(1.893)		(181.661)
Saldos em 31 de março 2011	<u>1.732.305</u>	<u>162.291</u>	<u>630.459</u>	<u>63.054</u>	<u>141.105</u>	<u>20.926</u>	<u>11.247</u>	<u>103.374</u>	<u>2.864.761</u>
Custo total	1.732.305	174.390	662.184	68.564	155.031	27.911	36.626	103.374	2.960.385
Depreciação acumulada		(12.099)	(31.725)	(5.510)	(13.926)	(6.985)	(25.379)		(95.624)
Valor residual	<u>1.732.305</u>	<u>162.291</u>	<u>630.459</u>	<u>63.054</u>	<u>141.105</u>	<u>20.926</u>	<u>11.247</u>	<u>103.374</u>	<u>2.864.761</u>
Saldos em 31 de março 2011	<u>1.732.305</u>	<u>162.291</u>	<u>630.459</u>	<u>63.054</u>	<u>141.105</u>	<u>20.926</u>	<u>11.247</u>	<u>103.374</u>	<u>2.864.761</u>
Aquisição	4.898		97.846	18.415	29.938	8.740	2.015	166.261	328.113
Alienação (residual)	(2.912)		(91)	(326)	(867)		(114)		(4.310)
Transferências entre contas e para o intangível	10	2.712	106.290	3.252	7.099		4.732	(129.258)	(5.163)
Depreciação		(6.933)	(146.310)	(13.004)	(20.916)	(5.012)	(2.206)		(194.381)
Aquisição de participação na SC e ABV	173.762	17.370	104.005	11.852	11.685	80	238	11.059	330.051
Redução de participação na NF	(3.887)	(16.000)	(33.327)	(3.931)	(5.626)	(3.154)	(537)	(8.342)	(74.804)
Saldos em 31 de março 2012	<u>1.904.176</u>	<u>159.440</u>	<u>758.872</u>	<u>79.312</u>	<u>162.418</u>	<u>21.580</u>	<u>15.375</u>	<u>143.094</u>	<u>3.244.267</u>
Custo total	1.904.176	178.951	871.975	103.260	198.489	31.574	43.056	143.094	3.474.575
Depreciação acumulada		(19.511)	(113.103)	(23.948)	(36.071)	(9.994)	(27.681)		(230.308)
Valor residual	<u>1.904.176</u>	<u>159.440</u>	<u>758.872</u>	<u>79.312</u>	<u>162.418</u>	<u>21.580</u>	<u>15.375</u>	<u>143.094</u>	<u>3.244.267</u>
Valor residual de:									
Custo histórico	133.039	102.432	465.396	69.490	113.947	21.580	15.375	143.094	1.064.353
Mais-valia	<u>1.771.137</u>	<u>57.008</u>	<u>293.476</u>	<u>9.822</u>	<u>48.471</u>				<u>2.179.914</u>
	<u>1.904.176</u>	<u>159.440</u>	<u>758.872</u>	<u>79.312</u>	<u>162.418</u>	<u>21.580</u>	<u>15.375</u>	<u>143.094</u>	<u>3.244.267</u>
Taxas médias de depreciação		3,70%	7,55%	13,70%	13,08%	20,00%	12,67%		

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2012, o saldo de obras em andamento da controladora refere-se à adequação do parque industrial de suas duas unidades industriais para o aumento na produção de açúcar e etanol, investimentos em cogeração de energia elétrica, ampliação da capacidade de transbordo e outras melhorias. No consolidado, o saldo de obras em andamento compreende também melhorias da unidade industrial da UBV e USC referente à ampliação do parque industrial para produção de açúcar, etanol e cogeração de energia elétrica.

Em 31 de março de 2012, 13.712 ha. de terras da Companhia estavam dadas em garantias para operações da UBV.

Os gastos com manutenção no período de entressafra são alocados ao imobilizado e depreciados integralmente na safra seguinte.

Em função de alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas, bens do ativo imobilizado, no montante consolidado de R\$ 519.315 em 31 de março de 2012, encontram-se gravados em garantia dos credores. Estes itens são representados, em sua grande maioria, por equipamentos e instalações industriais e máquinas e implementos agrícolas. Adicionalmente, o montante de R\$ 812.799 referente a terras, foi oferecido em garantia de créditos rurais securitizados registrados no passivo circulante e exigível a longo prazo.

A Companhia e suas controladas capitalizaram encargos financeiros no montante de R\$ 4.694 no exercício findo em 31 de março de 2012 (2011 - R\$ 7.233).

(a) Custo atribuído (*Deemed cost*)

Conforme facultado pela Interpretação Técnica - ICPC 10, a Companhia, incluindo o acervo incorporado da USM, e determinadas controladas, optaram pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) na aplicação das novas práticas contábeis (IFRS / CPCs). Nesse contexto, foi aprovada a nomeação de empresa especializada, bem como o resultado dos trabalhos de revisão das vidas úteis econômicas e dos correspondentes valores de custo atribuído (valor de mercado) para os principais grupos de bens do ativo imobilizado.

As reavaliações efetuadas pelas empresas em 2007 foram mantidas de acordo com o facultado pela Lei nº 11.638. A reavaliação anteriormente registrada foi considerada como parte do novo custo em 1º de abril de 2009 e, por este motivo, a reserva de reavaliação existente naquela data foi reclassificada para a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial - *Deemed cost*”.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ágio rentabilidade futura (i)			47.880	38.826
Amortização acumulada (i)			(4.811)	(4.811)
Software	6.948	5.148	9.138	6.858
Amortização acumulada	(3.981)	(3.317)	(5.149)	(4.147)
Outros ativos - contrato de energia (ii)			22.352	
	<u>2.967</u>	<u>1.831</u>	<u>69.410</u>	<u>36.726</u>

- (i) O ágio relativo à rentabilidade futura oriundo do acervo líquido cindido da USL, no valor de R\$ 38.826, presentemente incorporado na Companhia, deixou de ser amortizado e passou a ser testado por impairment a partir do exercício social que se iniciou em 1º de abril de 2009, conforme mencionado na Nota 14.2. O ágio relativo aquisição da SC e da ABV está detalhado na Nota 38.
- (ii) Refere-se ao intangível (contratos de energia elétrica) identificado no processo de aquisição de participação societária na SC, vide Nota 38. A amortização ocorrerá de acordo com as entregas previstas em contrato.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos	Garan- tias	Vencimento	Controladora	
				2012	2011
Em moeda nacional:					
Créditos rurais securitizados	IGP-M + juros médios ponderados de 4,58% a.a., pagos anualmente	(a)	Parcelas anuais com vencimentos entre Set/18 e Jul/20	72.199	76.154
Crédito rural (PROCER)	Juros médios ponderados pré-fixados de 11,25% a.a. pagos no vencimento do contrato	(b)	Parcela única com vencimento em Out/11		11.721
Crédito rural	Juros médios ponderados pré-fixados de 6,75% a.a. pagos no vencimento do contrato	(b)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 a Dez/12	20.139	3.469
Finame / BNDES Automático	TJLP trimestral + juros médios ponderados de 4,11% a.a. pagos mensalmente	(c)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 a Fev/17	21.472	33.415
Finame / BNDES Automático	Taxa média ponderada pré-fixada de 5,31% a.a. pagos mensalmente	(d)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 a Jan/17	36.560	40.266
Outros créditos securitizados	Juros pré-fixados de 3,00% a.a. pagos anualmente	(e)	Parcelas anuais com vencimento em Out/25	69	71
Capital de giro	Variação 99,00% CDI OVER CETIP pagos nos vencimentos dos contratos	(g)	Parcelas únicas com vencimentos em Mai/12, Mai/13 e Mai/14	109.392	
Leasing	Taxa pré-fixada de 7,51% a.a. pagos mensalmente	(f)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 a Abr/13	242	460
FINEM DIRETO	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 2,90% a.a. pagos mensalmente	(c)	Parcelas mensais com vencimentos entre Mai/13 a Abr/23	14.966	
FINEM DIRETO	Taxa pré-fixada de 5,50% a.a. pagos mensalmente	(c)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 a Abr/21	62.177	
FINEM DIRETO	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 1,40% a.a. pagos mensalmente	(c)	Parcelas mensais com vencimentos entre Jun/12 a Mar/21	13.001	
Em moeda estrangeira:					
ACC	Taxa pré-fixada de 1,30% a.a. + Correção do dólar americano pagos no vencimento do contrato	(l)	Parcela única com vencimento em Jan/12		4.983
PPE	Libor de 6 meses + 2,24% a.a. fixo = 2,9405% a.a. + Correção do dólar americano pagos no vencimento do contrato	(h)	Parcelas semestrais com vencimentos entre Jun/12 a Set/16	437.376	245.527
Finame / BNDES Automático	Cesta de moedas (Dólar, Euro e Iene) + taxa média ponderada fixa de 6,5905% a.a. pagos mensalmente	(k)	Parcelas mensais com vencimentos entre Jan/12 a Mar/12		15
FINEM DIRETO	Cesta de moedas (Dólar, Euro e Iene) + taxa média ponderada fixa de 6,7387% a.a. pagos mensalmente	(c)	Parcelas mensais com vencimentos entre Mai/13 a Abr/23	1.370	
Total				788.963	416.081
Passivo circulante				(117.551)	(80.291)
Não circulante				671.412	335.790

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	Encargos	Garan- tias	Vencimento	Consolidado	
				2012	2011
Em moeda nacional:					
Créditos rurais securitizados	IGP-M + Juros médios ponderados de 4,59% a.a. pagos anualmente	(a)	Parcelas anuais com vencimentos entre Set/18 a Jul/20	78.927	76.367
Crédito rural	Taxa de 6,75% a.a. pagos no final do contrato	(b)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 a Dez/12	20.139	3.469
Crédito rural (PROCER)	Juros médios ponderados pré-fixados de 11,25% a.a. pagos nos vencimentos dos contratos	(b)	Parcelas mensais com vencimento em Jan/12		22.252
Finame / BNDES Automático	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 4,05% a.a. pagos mensalmente	(c) e (i)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 a Fev/17	31.677	42.174
Finame / BNDES Automático	Taxa média ponderada pré-fixada de 5,61% a.a. paga mensalmente	(d) e (j)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 a Jan/17	43.155	41.588
Cédula de Crédito Industrial	Taxa média ponderada pré-fixada de 11,50% a.a. pagos mensalmente	(j)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 a Nov/19	4.374	6.104
Capital de giro	Variação 99,00% da CDI OVER CETIP pagos nos vencimentos dos contratos	(g)	Parcelas únicas com vencimentos em Mai/12, Mai/13 e Mai/14	109.392	
Outros créditos securitizados	Juros pré-fixados de 3,00% a.a. pagos anualmente	(e)	Parcela anual com vencimentos entre Out/12 a Out/25	68	71
Leasing	Taxa média ponderada pré-fixada de 7,70% a.a. pagos mensalmente	(f)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 e Mai/13	257	484
FINEM - DIRETO	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 2,38% a.a. pagos mensalmente	(c) e (i)	Parcelas mensais com vencimentos entre Mai/13 a Abr/23	195.455	184.828
FINEM - DIRETO	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 1,40% a.a. pagos mensalmente	(c) e (i)	Parcelas mensais com vencimentos entre Jun/12 a Marc/21	13.001	
FINEM - DIRETO	Taxa pré-fixada de 5,10% a.a. pagos mensalmente	(c) e (i)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 a Abr/21	111.983	38.819
Em moeda estrangeira:					
FINEM - DIRETO	Cesta de moedas (Dólar, Euro e Iene) + taxa média ponderada fixa de 6,19% a.a. pagos mensalmente	(c) e (k)	Parcelas mensais com vencimentos entre Mai/13 a Abr/13	38.198	45.012
Finame / BNDES Automático	Cesta de moedas (Dólar, Euro e Iene) + taxa média ponderada fixa de 7,00% a.a. pagos mensalmente	(k)	Parcelas mensais com vencimentos entre Jan/12 a Mar/12		15
ACC	Taxa pré-fixada de 4,58% a.a. + Correção do dólar americano pagos nos vencimentos dos contratos	(l)	Parcelas com vencimentos entre Ago/12 e Marc/12	19.093	4.983
Capital de giro	Taxa média pré-fixada de 5,6642% a.a. + Correção do dólar americano pagos no vencimento do contrato	(m) e (n)	Parcela única com vencimento em Jul/13	36.073	
PPE	Libor de 6 meses + 2,24% a.a. fixo = 2,9405% a.a. + Correção do dólar americano pagos no vencimento do contrato	(h)	Parcelas semestrais com vencimentos entre Jun/12 a Set/16	437.376	245.527
PPE	Taxa média pré-fixada de 4,4790% a.a. + Correção do dólar americano pagos no vencimento do contrato	(n)	Parcelas com vencimentos entre Ago/12 a Ago/16	88.144	
PPE	Principal corrigido pela variação do dólar americano e juros corrigidos por 135% da variação do CDI OVER CETIP pago no vencimento do contrato	(n)	Parcela única com vencimento em Jan/13	5.057	
Total				1.232.369	711.693
Passivo circulante				(247.504)	(140.982)
Não circulante				984.865	570.711

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2012, todos os empréstimos e financiamentos eram garantidos por avais de acionistas e pelas seguintes garantias adicionais (referência aos quadros acima):

Descrição das garantias oferecidas na contratação de empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2012	Valor contábil ou contratual
(a) Hipoteca – 15.276,09 ha de terras	533.910
(b) Nota promissória	14.928
(c) Alienação fiduciária de equipamentos industriais	39.859
Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas	75.495
Nota promissória	33.460
Fiança bancária	18.687
(d) Hipoteca – 6,81 ha de terras	158
Alienação fiduciária de equipamentos industriais	90.126
Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas	45.740
Nota promissória	1.694
(e) Hipoteca - 78,53 ha de terras	4.779
(f) Nota promissória	1.580
Alienação fiduciária de equipamentos industriais	121
(g) Nota promissória	100.000
(h) Covenantes Financeiros consolidados: manutenção de percentual mínimo do principal com fluxo projetado de recebíveis e ratio mínimo entre a dívida líquida e o EBITDA. Em 31 de março de 2012 e de 2011, a Companhia estava adimplente com todas as cláusulas restritivas em contratos de financiamentos. Hipoteca – 1.052,73 ha de terras	24.386
Nota promissória	600.439
(i) Hipoteca de 11.541 há	201.884
Alienação fiduciária de equipamentos industriais	155.165
Alienação fiduciária de equipamentos agrícola	13.265
Nota promissória	4.530
(j) Hipoteca de 199 há	3.138
Alienação fiduciária de equipamentos industriais	96.606
Alienação fiduciária de equipamentos agrícola	371
(k) Hipoteca de 2.198 há	38.457
Alienação fiduciária de equipamentos industriais	2.567
(l) Nota promissória	23.417
(m) Hipoteca de 262,75 há	6.087
(n) Hipoteca de 46.296 há	297.369

As áreas de terras oferecidas em garantia de empréstimos e financiamentos referem-se a áreas de plantio de cana-de-açúcar.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A controlada SC não atendia, no encerramento do exercício social findo em 31 de março de 2012, determinadas condições contratuais de empréstimos e financiamentos ("*covenants*" - índices financeiros), possibilitando ao credor exigir antecipadamente o pagamento de aproximadamente R\$ 66 milhões. A SC decidiu manter o referido valor registrado no passivo não circulante em 31 de março de 2012 por ter obtido das instituições financeiras credoras, em 24 de maio de 2012, com efeito retroativo a partir de 31 de março de 2012, as dispensas ("*waivers*") do cumprimento dessas cláusulas restritivas. As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que, quando a entidade quebrar um acordo contratual (*covenant*) de um empréstimo de longo prazo ao término ou antes do término do período de reporte, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações contábeis, em não exigir pagamento antecipado como consequência da quebra do *covenant*. Nesse sentido, a Companhia, nas demonstrações financeiras consolidadas, reclassificou em 31 de março de 2012, o montante de R\$ 22 milhões para o passivo circulante referente a sua participação na controlada.

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo têm a seguinte composição de vencimento:

	2012	
	Controladora	Consolidado
De 1º/04/13 a 31/03/14	106.283	211.612
De 1º/04/14 a 31/03/15	288.118	370.836
De 1º/04/15 a 31/03/16	110.588	157.053
De 1º/04/16 a 31/03/17	84.495	118.108
De 1º/04/17 a 31/03/18	22.523	45.405
De 1º/04/18 a 31/03/27	59.405	81.851
	671.412	984.865

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos são semelhantes.

Com base na Resolução nº 2.471/98 do Banco Central do Brasil e outros diplomas legais vigentes, a Companhia e a USL securitizaram em 1998, 1999 e 2000 a dívida assegurada junto às instituições financeiras, através de aquisição, no mercado secundário, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Esses financiamentos securitizados, registrados como "Créditos rurais securitizados", estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante o resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras. Referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O desembolso das empresas durante os 20 anos de vigência desta securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3,9% e 4,96% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, limitado a 9,5% ao ano até a data do pagamento anual. Esta obrigação foi registrada nas informações financeiras em 31 de março de 2012 e 2011, de acordo com o valor destes desembolsos futuros, ajustados a valor presente.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Cana-de-açúcar	14.212	26.448	17.587	31.794
Materiais, serviços e outros	42.539	20.194	59.068	29.302
	<u>56.751</u>	<u>46.642</u>	<u>76.655</u>	<u>61.096</u>

O período de safra da cana-de-açúcar, a qual ocorre entre abril e dezembro de cada ano, em média, tem impacto direto sobre o saldo junto a fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte.

20 Obrigações com a Copersucar

A Copersucar disponibilizou recursos a seus cooperados durante o período de associação das empresas, para financiamento de suas operações, através de letras de câmbio. Os recursos foram obtidos pela Cooperativa junto ao mercado e repassados aos cooperados com prazos de liquidação no curto prazo, e sobras de caixa da Cooperativa de caráter temporário e oriundas de liminares em processos judiciais pleiteando a suspensão de exigibilidades. Essas sobras de caixa são relacionadas a provisões para contingências registradas pela Cooperativa no passivo não circulante. Entretanto, na eventualidade de perda em algum dos processos nos quais a Cooperativa obteve liminar, a Companhia poderá ser requerida a desembolsar o valor que lhe tenha sido repassado em um prazo de até 120 dias. Os principais valores contidos nessas obrigações são oriundos de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados contestados judicialmente pela Cooperativa quanto à constitucionalidade e legalidade da exigência e pelos passivos tributários contidos no REFIS Copersucar, conforme abaixo indicado.

A composição das obrigações com a Copersucar é como segue:

	Controladora	
	2012	2011
REFIS - Copersucar - Atualizado pela variação da SELIC	87.804	86.051
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	69.141	70.096
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	44.272	44.272
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação do dólar + juros de 4,53% a.a.	<u>1.232</u>	<u>3.271</u>
Total	202.449	203.690
Passivo circulante	<u>(2.040)</u>	<u>(2.040)</u>
Não circulante	<u>200.409</u>	<u>201.650</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	2012	2011
REFIS - Copersucar - Atualizado pela variação da SELIC	103.371	86.051
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	79.075	75.001
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	40.478	45.225
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da TJLP		110
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação do dólar + juros de 4,53% a.a.	1.439	3.461
Total	224.363	209.848
Passivo circulante	(2.356)	(2.203)
Não circulante	222.007	207.645

A totalidade das obrigações da Companhia e suas controladas com a Copersucar está garantida por avais de diretores.

A Copersucar aderiu ao parcelamento da Lei 11.941/09. O montante incluso no parcelamento foi distribuído aos cooperados e ex-cooperados durante o exercício findo em 31 de março de 2011, conforme Deliberação do Conselho de Administração da Copersucar.

Tendo em vista os termos negociados no processo de desligamento da Copersucar, a partir da data do desligamento a Companhia e suas controladas USL e SC permanecerão devedoras das obrigações registradas na rubrica de "Obrigações - Copersucar", no passivo não circulante, sem alteração nas datas de seus vencimentos, até que os assuntos que as originaram e que se encontram sob discussão judicial patrocinada pelos assessores jurídicos da Cooperativa transitem em julgado. Tais obrigações continuam a ser garantidas por fianças bancárias no montante de R\$ 162.698 (R\$ 189.931 no consolidado).

21 Tributos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
ICMS	3.106	8.848	3.224	8.848
Parcelamento - Lei 11.941	52.005	50.815	59.122	52.075
Outros			839	
	55.111	59.663	63.185	60.923
Passivo circulante (tributos a recolher)	(5.238)	(4.753)	(5.312)	(5.090)
Não circulante	49.873	54.910	57.873	55.833

Em outubro e novembro de 2009, a Companhia e suas controladas Omtek, USL e USC, aderiram ao programa de Recuperação Fiscal (REFIS) de débitos federais, aprovado pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, com benefícios de redução nos juros, multas e encargos legais. A maior parte dos processos incluídos no parcelamento vinha sendo discutida judicialmente e, conforme a opinião de nossos assessores legais tinha a correspondente provisão para contingências. Como consequência da adesão ao REFIS, a Companhia e suas controladas obrigam-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a 3 meses, bem como desistiram das ações judiciais e renunciaram a qualquer alegação de direito sobre a qual se fundava as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados (descontos e prazo de liquidação).

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Vendas a faturar	160	7.187	3.202	10.663
Receitas a apropriar	758	1.458	758	2.913
Impostos parcelados	88	728	88	728
Passivo a descoberto de controladas	7.319	6.142		
Mitsubishi Corporation	9.836	11.748	9.836	11.748
Outros débitos	2.425	4.546	3.150	5.556
	20.586	31.809	17.034	31.608
Passivo circulante	(13.769)	(21.398)	(10.215)	(21.137)
Não circulante	6.817	10.411	6.819	10.471

O saldo em aberto com a Mitsubishi Corporation é proveniente de aquisição de participação societária na UBV realizada em novembro de 2009 com vencimento final em 2014.

23 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de março de 2012 e de 2011 o capital social está dividido em 113.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Ações em tesouraria

Em 13 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou o 2º programa de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia, para manutenção em tesouraria e posterior alienação, cancelamento ou utilização para outorga de opção de compra de ações (item (f) abaixo), sem redução de capital social, nos termos do seu Estatuto Social, das Instruções CVM nº. 10/80 e nº. 268/97 e das demais disposições legais vigentes. As operações de aquisição de ações deste 2º plano serão realizadas até 12 de junho de 2012, na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa"), a preços de mercado, com a intermediação de corretoras. A quantidade de ações a ser adquirida é de até 1.000.000.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2012, a Companhia recomprou 569.600 ações ordinárias, no montante de R\$ 10.854, a um custo unitário mínimo de R\$ 16,76, e máximo de R\$ 23,02, resultando em um custo médio de R\$ 19,06 por ação. O quadro abaixo sumariza a movimentação de ações em tesouraria durante o período:

	Qtde	Preço médio de aquisição*	Montante Total
Ações em tesouraria em 31 de março de 2011	139.000	13,66	1.899
Recompra de ações do 2º programa	569.600	19,06	10.854
Ações em tesouraria em 31 de março de 2012	708.600	18,00	12.753

* Inclui custos adicionais na aquisição

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor de mercado em 31 de março de 2012 da totalidade dessas ações corresponde a R\$ 16.574 (R\$ 3.557 em 31 de março de 2011).

O objetivo da Companhia com o programa é maximizar a geração de valor para seus acionistas.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

- ***Deemed cost***

Corresponde a mais valia de custo atribuído de Terras, Edificações e dependências, Equipamentos e instalações industriais; Veículos e Máquinas e implementos agrícolas, como descrito na Nota 15(a). Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica “Lucros acumulados”.

- ***Valor justo de hedge accounting***

Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como *hedge accounting*. O referido saldo é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorreram os vencimentos/embarques das operações correlatas.

(d) Reserva legal e para orçamento de capital

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

A reserva para orçamento de capital refere-se à retenção do saldo de lucros acumulados com objetivo de fazer face aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva e em diversos projetos de aperfeiçoamento de processos, conforme orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral dos acionistas.

Em 17 de setembro de 2010, ocorreu a capitalização de R\$ 95.900 por deliberação da Assembleia Geral, uma vez que os correspondentes investimentos foram realizados.

Em 29 de julho de 2011, a assembleia aprovou a destinação de mais R\$ 54.093 à reserva de orçamento de capital.

Em 31 de março de 2012, a administração está propondo nova destinação para essa reserva, com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, também a ser aprovado, juntamente com o correspondente plano de investimentos, na próxima Assembleia Geral dos acionistas. Adicionalmente, a administração está propondo a capitalização do valor destinado para esta reserva nos anos anteriores, o que deverá ser aprovado oportunamente em Assembleia, uma vez que os correspondentes investimentos já foram realizados.

(e) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de julho de 2010, foi aprovada uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 8.838 (R\$ 0,0783 por ação), totalizando uma distribuição de dividendos no montante de R\$ 30.933 (R\$ 0,2741 por ação), correspondente a 35% do lucro líquido do último exercício (de acordo com o BR GAAP antigo) após a constituição da reserva legal.

Conforme facultado pela Lei 9.249/95, em setembro de 2010 a controlada USM (atualmente Vale do Mogi) calculou e distribuiu Juros sobre o Capital Próprio - JCP para a Companhia com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no período, no montante bruto de R\$ 15.680. Em dezembro de 2010, a Companhia calculou e distribuiu JCP com base na TJLP vigente no período, no montante bruto de R\$ 19.558.

Os juros sobre o capital próprio recebido da controlada USM foram registrados nos livros fiscais como receita financeira, e os juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas pela Companhia foram registrados nos livros fiscais como despesa financeira, conforme requerido pela legislação fiscal. Posteriormente, os juros sobre o capital próprio recebidos foram creditados à conta de investimentos, e os juros sobre o capital próprio pagos foram debitados à conta de lucros acumulados, em atendimento a Deliberação CVM 247/96. Adicionalmente, os JCP foram computados no cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de julho de 2011, foi aprovada uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 21.062 (R\$ 0,1866 por ação).

Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	126.611	142.288
Absorção de prejuízos acumulados		<u>(32.927)</u>
	126.611	109.361
Constituição de reserva legal - 5%	<u>(6.331)</u>	<u>(5.468)</u>
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	120.280	103.893
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (2012 - R\$ 0,2668 por ação)	30.070	25.973
JCP pagos a título de dividendos, líquidos do IRRF (2011 - R\$ 0,1488 por ação)		<u>(16.793)</u>
Parcela dos dividendos mínimos obrigatórios, a pagar (2012 - R\$ 0,2668 por ação)	<u>30.070</u>	<u>9.180</u>

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2012, foi proposta uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 6.014 (R\$ 0,0536 por ação) a ser ratificada em Assembleia Geral Ordinária.

(f) Plano de outorga de opção de compra de ações

Em 28 de novembro de 2011, foram outorgadas a determinados executivos opções de compra de 140.400 ações da Companhia, as quais foram atribuídas um preço de exercício de R\$ 19,31 por ação. A aquisição do direito de exercício das opções se dará em três momentos, sendo: i) 33,3% após 1º ano a partir da data da outorga; ii) 33,3% após o 2º ano a partir da data da outorga; e iii) 33,3% após o 3º ano a partir da data da outorga. O prazo máximo para exercício destas opções de ações é 2018. O valor justo de cada opção na data da outorga foi R\$ 3,20 para o lote com direito de exercício a partir do final do primeiro ano após a data da outorga, R\$ 4,95 para lote com direito de exercício a partir do final do segundo ano após a data da outorga e R\$ 6,41 para o lote com direito de exercício a partir do final do terceiro ano após a data da outorga.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 12 de dezembro de 2011, foram outorgadas a determinados executivos opções de compra de 418.538 ações da Companhia, as quais foram atribuídas um preço de exercício de R\$ 18,49 por ação. A aquisição do direito de exercício das opções se dará em três momentos, sendo: i) 33,3% após 2º ano a partir da data da outorga; ii) 33,3% após o 3º ano a partir da data da outorga; e iii) 33,3% após o 4º ano a partir da data da outorga. O prazo máximo para exercício destas opções de ações é 2018. O valor justo de cada opção na data da outorga foi R\$ 4,98 para o lote com direito de exercício a partir do final do segundo ano após a data da outorga, R\$ 6,38 para lote com direito de exercício a partir do final do terceiro ano após a data da outorga e R\$ 7,56 para o lote com direito de exercício a partir do final do quarto ano após a data da outorga.

O valor justo atribuído a estas opções foi determinado com base no modelo de precificação Black & Scholes, modelo este que leva em consideração o valor do ativo objeto, o preço de exercício, o tempo a decorrer até o exercício das opções, a probabilidade da opção ser exercida, a volatilidade histórica baseada nos preços de fechamento diário das ações dos últimos 2 anos, a taxa de dividendos e a taxa de juros livre de risco.

A movimentação das opções de ações em circulação no exercício findo em 31 de março de 2012 está demonstrada abaixo:

<u>Data</u>	<u>Ações outorgadas</u>	<u>Opções de ações em circulação</u>	<u>Preço médio de exercício</u>
28/11/11	140.400	140.400	19,31
12/12/11	418.538	418.538	18,49
31/03/12	558.938	558.938	

No exercício findo em 31 de março de 2012, a Companhia reconheceu uma despesa de R\$ 106 com opções de ações.

24 Plano de benefícios a empregados e administradores

Em setembro de 2008, a Companhia e suas controladas contrataram plano de previdência complementar destinado a todos os empregados e administradores, denominado Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), o qual caracteriza-se como plano de contribuição definida.

A participação de todos os empregados é assegurada, mas facultativa. A contrapartida das empresas está limitada a 1% dos salários nominais de seus empregados até o limite da unidade de referência do plano e até 6% da parcela dos salários nominais que excede referido limite. Os participantes podem efetuar contribuições acima dos limites percentuais descritos no parágrafo acima, porém, sem contrapartida por parte da Companhia e suas controladas.

O montante dessa participação no exercício findo em 31 de março de 2012, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado foi de R\$ 1.358 e R\$ 1.491 (2011 - R\$ 594 e R\$ 1.663), respectivamente na controladora e consolidado.

25 Programa de participação nos lucros e resultados

Em conformidade com Acordos Coletivos de Trabalho, firmados com as categorias de seus colaboradores, a Companhia e suas controladas implementaram programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os indicadores operacionais e financeiros acordados entre a Companhia e suas controladas e os colaboradores, através dos sindicatos que os representam, estão relacionados aos seguintes aspectos: (i) aproveitamento de tempo agroindustrial; (ii) produtividade agroindustrial; (iii) índice orçamentário; (iv) acidente do trabalho; (v) satisfação dos clientes; (vi) prazo para fechamento gerencial; (vii) ganhos econômicos com mudanças de processos e a respectiva qualidade; (viii) perfil da dívida existente; (ix) performance financeira lastreada especialmente ao nível e qualidade do endividamento; (x) performance econômico financeira; e (xi) qualidade das análises e apresentações para o mercado. Estes indicadores são segregados para aplicação específica aos respectivos departamentos envolvidos, os quais são divididos, para fins deste programa, entre área agroindustrial, centro de serviços compartilhados e corporativo.

O montante dessa participação no exercício findo em 31 de março de 2012, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado foi de R\$ 18.630 e R\$ 23.221 (2011 - R\$ 9.992 e R\$ 20.535), respectivamente na controladora e consolidado.

26 Imposto de renda e contribuição social

(a) O imposto de renda e a contribuição social estão representados por:

	Controladora	
	2012	2011
Créditos tributários		
Ativo circulante - Antecipações		
. Imposto de renda e contribuição social, a compensar	17.658	1.023
Débitos tributários		
No passivo circulante - Débitos correntes		
. Imposto de renda e contribuição social, a pagar		829
No passivo não circulante		
Créditos diferidos		
. Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	21.880	14.296
. Contribuição social sobre base negativa acumulada	7.950	5.220
Tributos sobre diferenças temporárias de:		
. Provisão para contingências	16.737	17.127
. Ativos biológicos e Produto agrícola (variação para o valor justo)		16.718
. Benefício fiscal sobre ágio incorporado	5.432	9.509
. Despesas pré-operacionais (Diferido, baixado)	6	
. Instrumentos financeiros derivativos	10.980	13.784
. Outros	5.331	9.414
Débitos diferidos		
Tributos sobre diferenças temporárias de:		
. Mais-valia de ativo imobilizado (<i>Deemed cost</i>)	(311.776)	(329.797)
. Depreciação acelerada incentivada	(125.318)	(107.366)
. Financiamentos securitizados	(13.833)	(12.574)
. Ajuste a valor presente	(5.312)	(8.371)
. Instrumentos financeiros derivativos	(4.248)	(3.834)
. Ativos biológicos e Produto agrícola (variação para o valor justo)	(4.867)	
. Variação Cambial	(7.643)	
Passivo não circulante	(404.681)	(375.874)

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	2012	2011
No ativo circulante - Antecipações		
. Imposto de renda e contribuição social, a compensar	20.550	5.037
No passivo circulante - Débitos correntes		
. Imposto de renda e contribuição social, a pagar	240	829
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Créditos diferidos		
. Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	55.359	33.442
. Contribuição social sobre base negativa acumulada	20.051	12.113
Tributos sobre diferenças temporárias de:		
. Provisão para contingências	17.826	17.363
. Ativos biológicos e Produto agrícola (variação para o valor justo)	5.731	27.750
. Benefício fiscal sobre ágio incorporado	8.459	9.509
. Despesas pré-operacionais (Diferido, baixado)	5.941	7.982
. Instrumentos financeiros derivativos	10.980	13.784
. Outros	5.665	10.733
Débitos diferidos		
Tributos sobre diferenças temporárias de:		
. Mais-valia de ativo imobilizado (<i>Deemed cost</i>)	(737.730)	(684.793)
. Depreciação acelerada incentivada	(125.318)	(107.366)
. Financiamentos securitizados	(14.027)	(12.740)
. Ajuste a valor presente	(5.749)	(8.393)
. Instrumentos financeiros derivativos	(4.248)	(3.835)
. Ativos biológicos e Produto agrícola (variação para o valor justo)	(6.831)	
. Variação cambial	(10.616)	
. Intangível	(7.467)	
	(781.974)	(684.451)
Ativo não circulante	(38.227)	(43.917)
Passivo não circulante	(820.201)	(728.368)

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e quando relacionado a mesma autoridade fiscal. Assim, os saldos de tributos diferidos demonstrados a seguir referem-se aos montantes líquidos de cada entidade jurídica consolidada, sendo que quando aplicável, os valores de 2011 foram reclassificados para adequar a comparabilidade das informações apresentadas.

A compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa acumulada da contribuição social está limitada a 30% do lucro real anual, sem prazo de prescrição e não sujeita a atualização monetária ou juros. O reconhecimento de créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas tem como base projeções de resultado da Companhia e das controladas que suportam a recuperação dos créditos tributários, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável aprovadas pela Administração, incluindo a expectativa de realização das diferenças temporárias, é conforme demonstrada a seguir:

<u>Exercícios findos em 31 de março de:</u>	<u>Valor estimado de realização</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2013	20.066	22.722
2014	19.921	23.306
2015	17.067	21.063
2016	4.326	12.932
2017	2.705	15.200
2018 em diante	4.231	34.789
	<u>68.316</u>	<u>130.012</u>

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos passivos são realizados substancialmente em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram. A realização deste passivo é estimada à razão média de 15% ao ano, em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos. Adicionalmente, o prazo de liquidação dos empréstimos securitizados, que vencem até 2021, têm impacto no período de recuperação do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos.

(b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

Os encargos de imposto de renda e contribuição social são reconciliados com as alíquotas vigentes, como segue:

	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Controladora:				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	167.918	167.918	173.974	173.974
Alíquotas vigentes - %	25%	9%	25%	9%
	(41.980)	(15.113)	(43.494)	(15.658)
Reconciliação para a taxa efetiva:				
<u>Diferenças permanentes</u>				
Equivalência patrimonial	5.135	1.849	19.755	7.111
Juros sobre o capital próprio	(189)	(68)	971	350
Benefícios fiscais - parcelamento Lei 11.941	176	64		
Ganho com a integralização de capital pela Pbio na NF - Nota 1.2	3.430	1.235	2.133	768
Deságio (ganho) na aquisição de participação na USC - Nota 38	2.815	1.013		
Outras diferenças permanentes PAT e doações incentivadas	(497)	(171)	(3.216)	(1.156)
	994		750	
Imposto de renda e contribuição social	<u>(30.116)</u>	<u>(11.191)</u>	<u>(23.101)</u>	<u>(8.585)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(41.307)</u>		<u>(31.686)</u>	

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Consolidado:				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	166.203	166.203	197.096	197.096
Alíquotas vigentes - %	25%	9%	25%	9%
	(41.551)	(14.958)	(49.274)	(17.739)
Reconciliação para a taxa efetiva:				
<u>Diferenças permanentes</u>				
Incentivos fiscais de ICMS, não tributados	1.884	678	1.994	718
Tributos diferidos não constituídos	(1.913)	(688)	66	23
Ganho com a integralização de capital pela Pbio na NF - Nota 1.2	3.430	1.235		
Deságio (ganho) na aquisição de participação na USC - Nota 38	2.815	1.013		
Benefícios fiscais - parcelamento Lei 11.941	364	132		
Equividência patrimonial	(113)	(41)		
Juros sobre o capital próprio			4.890	1.760
Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido	7.081	2.549		
Outras diferenças permanentes	(1.877)	(607)	227	82
PAT e doações incentivadas	975		2.445	
Imposto de renda e contribuição social	(28.905)	(10.687)	(39.652)	(15.156)
Imposto de renda e contribuição social	(39.592)		(54.808)	

27 Subvenção para investimentos

A UBV possui programa de incentivo fiscal estadual junto ao Estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado "Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste. A utilização do benefício pela UBV está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da UBV.

O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal.

O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração do resultado como deduções da receita líquida, reduzindo a conta "ICMS a recolher". Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída Reserva para Incentivos Fiscais, em contrapartida à conta de Lucros (prejuízos) acumulados, no montante apurado da subvenção, na UBV.

Para os exercícios findos em 31 de março de 2012 e de 2011, o valor do incentivo que impactou o resultado foi de R\$ 7.540 e R\$ 7.975, respectivamente.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Compromissos

A Companhia e suas controladas estabelecem compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo são aqueles que merecem destaque nas presentes demonstrações financeiras:

28.1 Matas ciliares e áreas destinadas à reserva legal

A Companhia e suas controladas possuem áreas não cultivadas, cobertas por vegetação nativa preservada, em processo de regeneração ou enriquecimento destinadas a assegurar o equilíbrio ecológico do meio ambiente. Tais áreas, nos termos da legislação ambiental vigente, correspondem a matas ciliares e áreas destinadas à chamada “reserva legal”.

As matas ciliares, encostas, remanescentes de vegetação nativa e áreas averbadas como reserva legal são rigorosamente observadas e preservadas no momento do cultivo da cana-de-açúcar. A Companhia e suas controladas não promovem qualquer intervenção nessas áreas.

A Companhia - com exceção da sua controlada UBV, que já adquiriu áreas para exploração agroindustrial e preservação florestal nas proporções estabelecidas pela legislação, embora ainda não possua o percentual mínimo previsto na legislação vigente de áreas de reserva legal averbadas, já tem se diligenciado neste sentido, tendo já protocolado junto ao órgão ambiental competente, projetos de averbação de reserva legal contemplando à averbação proporcional nos termos estabelecidos pela legislação ambiental com relação à algumas das suas áreas. Ademais, a Companhia no intuito de cumprir a legislação vigente já realizou a regularização de algumas das suas áreas rurais através da instituição de servidão florestal, recaindo sobre Reservas Particulares do Patrimônio Natural, o que demonstra o compromisso da empresa com as questões ambientais. Quanto às demais áreas para as quais ainda não há projetos protocolados, a empresa ressalta que está no prazo estabelecido em lei para o cumprimento de tal obrigação, não estando, portanto, inadimplente quanto a isso.

Os valores a serem investidos para cumprir estes compromissos, bem como a forma como os mesmos serão realizados e o tempo requerido para sua execução não são mensuráveis nesse momento. Os investimentos em áreas de preservação, quando realizados, são registrados no ativo imobilizado da Companhia.

28.2 Contrato de fornecimento de etanol

Mediante contrato de compra e venda, a Companhia assumiu o compromisso de fornecimento de etanol industrial para a Mitsubishi Corporation pelo período de 30 anos, a partir da safra 2008/2009, na proporção de 30% de toda a produção de etanol da UBV, em condições de mercado. O contrato ainda prevê em cláusula a renovação automática por mais 10 anos.

28.3 Avais concedidos

Adicionalmente, a Companhia é avalista garantidora do pagamento de empréstimos e financiamentos contraídos pela UBV no montante de R\$ 477.864.

28.4 Fornecimento de Energia Elétrica

A Companhia mantém compromissos de comercialização do excedente de sua produção através de leilões, diretamente ou por intermédio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), ou ainda através de contratos de vendas com terceiros.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Provisão para contingências

29.1 Perdas prováveis

A Companhia e suas controladas, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantêm as seguintes provisões para contingências para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	Controladora						
	31 de março de 2011	Saldo incorporado da OMTEK	Adições	Reversões	Utilizações	Atualização monetária	31 de Março de 2012
Tributários	8.727	3	1.328	(3.836)	(10)	281	6.493
Cíveis e ambientais	14.498		1.137	(1.130)	(1.513)	1.514	14.506
Trabalhistas	46.818	353	15.870	(6.792)	(14.513)	5.329	47.065
	70.043	356	18.335	(11.758)	(16.036)	7.124	68.064
(-) Depósitos judiciais	(30.564)	(253)	(18.586)		9.395	(1.776)	(41.784)
	39.479	103	(251)	(11.758)	(6.641)	5.348	26.280

	Consolidado							
	31 de março de 2011	Redução participação na NF	Aquisição de participação SC e ABV	Adições	Reversões	Utilizações	Atualização monetária	31 de Março de 2012
Tributários	9.470	(12)	1.319	1.328	(4.237)	(10)	360	8.218
Cíveis e ambientais	15.124	(6)	559	1.333	(1.442)	(1.632)	1.553	15.489
Trabalhistas	49.690	(30)	1.541	16.502	(7.652)	(15.125)	5.626	50.552
	74.284	(48)	3.419	19.163	(13.331)	(16.767)	7.539	74.259
(-) Depósitos judiciais	(32.367)	30	(2.241)	(19.026)		9.527	(895)	(44.972)
	41.917	(18)	1.178	137	(13.331)	(7.240)	6.644	29.287

Em 30 de maio de 2011, a Companhia incorporou a totalidade dos ativos da empresa Omtek Indústria e Comércio Ltda., assumindo a titularidade das demandas judiciais, conforme descrito na Nota 1.5. Em razão disso, as provisões da empresa incorporada foram adicionadas às da Companhia, identificadas na coluna “Saldo incorporado da OMTEK”.

Conforme descrito na Nota 1.2, em 1º de novembro de 2011 houve redução no percentual de participação na NF (de 62,89% para 50,95%). Em razão disso, os saldos de provisões no consolidado tiveram redução, identificada na coluna “Redução participação na NF”.

Conforme descrito na Nota 1.6, em 21 de novembro de 2011 a Companhia adquiriu participação na SC e ABV. Em razão disso, as provisões das empresas adquiridas foram adicionadas às da Companhia no consolidado, identificadas na coluna “Aquisição de participação SC e ABV”.

Em 31 de março de 2012, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte (controladora e consolidado):

Processos tributários:

Referem-se a: (a) tributos cuja cobrança está sendo questionada judicialmente pela Companhia e suas controladas, onde foram efetuados depósitos judiciais dos valores discutidos; (b) honorários ad *exitum* a serem pagos aos advogados contratados para defesa da empresa em processos tributários.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Processos cíveis e ambientais:

Referem-se a: (i) indenizações por danos materiais e morais; (ii) reparação de danos em áreas que sofreram queima de palha de cana-de-açúcar; e (iii) execuções de natureza ambiental.

Processos trabalhistas:

As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) horas extras; (ii) horas “in itinere”; (iii) supressão do intervalo intrajornada; (iv) adicionais de periculosidade e insalubridade; (v) devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa; (vi) adicional noturno; e (vii) unicidade contratual com o conseqüente pagamento de 13º salário e férias acrescidas do terço constitucional.

29.2 Perdas possíveis (passivo contingente)

A Companhia e suas controladas são partes em outros processos de natureza tributária, ambiental e cível que, com base na posição dos advogados, o risco de perda é classificado como possível (passivo contingente). A natureza e o valor atribuído a essas causas são:

Processos Tributários:

Consolidado	Natureza	Instância					
		Nº de processos	Adminis- trativa	1º Instância judicial	Tribunal inferior	Tribunal superior	Total
(i)	Contribuição previdenciária	15	99.745		12.775		112.520
(ii)	Apuração de IRPJ/CSLL	6	80.339				80.339
	Saldo negativo IRPJ	3		97	224	1.533	1.854
	Compensação créditos PIS	2	3.757		1.761		5.518
	Compensação tributos federais	2	226		1.481		1.707
	Outros processos tributários	33	14.180	1.339	1.312		16.831
		61	198.247	1.436	17.553	1.533	218.769

- (i) Os processos tratam da incidência de contribuição previdenciária (INSS) sobre as receitas de exportação, sob a alegação de que a exportação realizada por intermédio de cooperativa não está abrangida pela imunidade prevista no artigo 149, parágrafo 2º, da Constituição Federal.
- (ii) Os processos tratam da exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL de despesas relacionadas com financiamento securitizados, bem como despesas decorrentes do benefício da depreciação acelerada incentivada.

Adicionalmente, nos termos negociados no desligamento da Copersucar, a Companhia, a USC e a USL são responsáveis pelo pagamento de obrigações, proporcionais às suas participações em safras anteriores na Copersucar, que venham a resultar de autuações fiscais que poderão surgir e que se refiram a períodos em que a Companhia e controladas eram cooperadas. A Copersucar possui autuações lavradas pelas Fazendas Estaduais, com relação a ICMS incidente sobre as vendas de etanol carburante e industrial realizadas até 31 de dezembro de 2008, na condição de contribuinte principal ou substituta tributária de empresas distribuidoras. O valor atualizado proporcional à participação da Companhia e de suas controladas na Cooperativa corresponde a R\$ 149.883. Os consultores jurídicos da Copersucar avaliam estas causas como de risco possível.

A Copersucar acredita dispor de argumentos sólidos para sustentar o sucesso das defesas das multas que lhes foram impostas pelas Fazendas Estaduais em tais autuações.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Processos cíveis e ambientais:

Consolidado						Instância
	Nº de processos	Adminis- trativa	1º Instância judicial	Tribunal inferior	Tribunal superior	Total
Ambientais	32	800	1.163	1.107	1.620	4.690
Cíveis						
Indenizatórias	51		10.119	210	27	10.356
Revisão de contratos	9			20		20
Retificação de área e registro imobiliário	5		10			10
Alvarás para obtenção licença de pesquisa mineira	8					
Regulatório	1	70				70
	<u>106</u>	<u>870</u>	<u>11.292</u>	<u>1.337</u>	<u>1.647</u>	<u>15.146</u>

A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de se assessores legais, entende não haver outros riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo sobre os resultados futuros.

30 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados como “mantidos para negociação” e registrados pelo seu valor justo no ativo circulante quando seu valor justo for positivo e no passivo circulante quando seu valor justo for negativo. As variações do valor justo devem ser registradas no resultado do período, a não ser quando o derivativo for designado para contabilidade de *hedge*. A utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) é optativa e objetiva registrar os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos no mesmo momento em que os objetos protegidos afetam o resultado da entidade, de forma a respeitar o princípio contábil de competência e reduzir a volatilidade no resultado criada pela marcação a mercado dos derivativos.

A partir de 1º de março de 2010, a Companhia e suas controladas (exceto a SC e ABV) optaram pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos eleitos para a designação são derivativos de açúcar, etanol e de moeda estrangeira - dólar americano - que efetuam coberturas de vendas da safra 2011/2012 e 2012/2013 e foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Os derivativos designados para contabilidade de *hedge* estão registrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo. As variações eficazes de valor justo dos derivativos designados e que se qualificam para contabilidade de *hedge* são classificadas na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido, líquidas de tributos diferidos, e registradas no resultado na rubrica “Receita líquida de vendas” quando do reconhecimento da receita da respectiva venda coberta, o que ocorre no mês de embarque da mercadoria vendida. A parcela ineficaz das variações é registrada como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorre.

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

Para os *hedges* de câmbio, os derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são realizados mediante contratação de “Termos de Moeda” (NDFs) e estratégias de Opções junto a instituições financeiras de primeira linha.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para os *hedges* de açúcar, os derivativos foram designados como proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar. Estas operações são realizadas na bolsa de Nova Iorque - *Intercontinental Exchange* (ICE Futures US) e com instituições financeiras de primeira linha através de contratos de balcão.

Em 31 de março de 2012 e de 2011, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos são como segue:

	Controladora	
	2012	2011
Depósitos de margem	722	1.709
Resultado potencial com futuros de açúcar	4.404	(2.634)
Resultado potencial com futuros de etanol	8	14
Resultado potencial com opções de açúcar	631	129
Resultado potencial com opções de dólar		221
Resultado potencial com contratos a termo - câmbio	(12.409)	3.894
Resultado potencial com contratos a termo - açúcar	4.518	(23.276)
Resultado potencial com contratos de swap	(1.133)	
	(3.259)	(19.943)
No ativo, circulante	10.283	5.967
No passivo, circulante	(13.542)	(25.910)
	(3.259)	(19.943)
	Consolidado	
	2012	2011
Depósitos de margem	1.287	1.709
Resultado potencial com futuros de açúcar	4.223	(2.634)
Resultado potencial com futuros de etanol	(185)	14
Resultado potencial com opções de açúcar	816	129
Resultado potencial com opções de dólar		221
Resultado potencial com contratos a termo - câmbio	(12.352)	3.894
Resultado potencial com contratos a termo - açúcar	4.548	(23.276)
Resultado potencial com contratos de swap	(1.543)	
	(3.206)	(19.943)
No ativo, circulante	11.063	5.967
No passivo, circulante	(14.269)	(25.910)
	(3.206)	(19.943)

O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro e de opções.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades.

A data de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos firmados é determinada em função da estimativa de embarque do açúcar e etanol protegidos e previsão futura de fluxo de caixa decorrente destes embarques, conforme acordado com os clientes.

30.1 Demonstrativo do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de março de 2012 e de 2011, a composição do valor justo de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, são como segue:

(a) Contratos futuros e opções:

				2012	
Controladora	Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$
<u>Mercadorias - Sugar #11</u>					
Contratos futuros					
<i>Compromisso de venda</i>	340.360	24,41	333.733	4.220	4.220
<i>Compromisso de compra</i>	7.874	24,13	7.633	184	184
					4.404
Contratos de opções					
<i>Posição titular - venda</i>	100.584	21,97	88.757	2.527	2.527
<i>Posição titular - compra</i>	46.736	24,70	46.376	1.814	1.814
<i>Posição lançadora - venda</i>	69.596	20,60	57.605	(1.120)	(1.120)
<i>Posição lançadora - compra</i>	85.344	25,20	86.395	(2.590)	(2.590)
					631
<u>Mercadorias - ETH BMF</u>					
Contratos futuros					
<i>Compromisso de venda</i>	2.520	1.140,30	96	8	8
<u>Moeda - USD</u>					
Contratos de opções					
<i>Posição titular - venda</i>	1.000	1,74	1.740		1
<i>Posição lançadora - compra</i>	1.000	2,01	2.010		(1)

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					2011
Controladora e consolidado	Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional)- R\$	Valor justo (Fair value)- R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$
<u>Mercadorias - Sugar #11</u>					
Contratos futuros					
<i>Compromisso de venda</i>	141.580	24,76	125.873	(1.081)	(1.081)
<i>Compromisso de compra</i>	83.922	25,69	77.417	(1.553)	(1.553)
					(2.634)
Contratos de opções					
<i>Posição titular - venda</i>	64.872	23,92	55.712	3.201	3.201
<i>Posição titular - compra</i>	10.160	26,50	9.668	540	540
<i>Posição lançadora - venda</i>	14.224	21,22	10.836	(240)	(240)
<i>Posição lançadora - compra</i>	75.032	27,59	74.348	(3.372)	(3.372)
					129
<u>Mercadorias - ETH BMF</u>					
Contratos futuros					
<i>Compromisso de venda</i>	11.190	1.062,09	396	14	14
<u>Moeda - USD</u>					
Contratos de opções					
<i>Posição titular - venda</i>	9.000	1,72	15.480	528	528
<i>Posição lançadora - compra</i>	9.000	1,87	16.830	(307)	(307)
					221

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	2012				
	Volume contratado	Preço/ taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$
Mercadorias - Sugar #11					
Contratos futuros					
<i>Compromisso de venda</i>	367.918	24,43	361.033	4.856	4.856
<i>Compromisso de compra</i>	21.858	25,10	22.036	(633)	(633)
					4.223
Contratos de opções					
<i>Posição titular - venda</i>	127.243	22,30	114.010	3.679	3.679
<i>Posição titular - compra</i>	46.736	24,70	46.376	1.814	1.814
<i>Posição Lançadora - venda</i>	80.636	20,36	65.965	(1.159)	(1.159)
<i>Posição Lançadora - compra</i>	125.087	25,54	128.353	(3.518)	(3.518)
					816
Mercadorias - ETH BMF					
Contratos futuros					
<i>Compromisso de venda</i>	6.036	1.150,69	232	(185)	(185)
Moeda - USD					
Contratos de opções					
<i>Posição titular - venda</i>	1.000	1,74	1.740		1
<i>Posição lançadora - compra</i>	1.000	2,01	2.010		(1)

A forma de operação das posições com opções indicadas acima é efetuada com base nas seguintes terminologias:

- (a) Posição titular - Venda: compra de opções de venda que confere à Companhia o direito, mas não a obrigação, de realizar uma venda ao preço previamente estabelecido.
- (b) Posição titular - Compra: compra de opções de compra que confere à Companhia o direito, mas não a obrigação, de realizar uma compra ao preço previamente estabelecido.
- (c) Posição lançadora - Compra: venda de opções de compra nas quais a Companhia tem a obrigação de cumprimento pelo preço acordado, caso seja decidido pelo comprador.
- (d) Posição lançadora - Venda: venda de opções de venda nas quais a Companhia tem a obrigação de cumprimento pelo preço acordado, caso seja decidido pelo comprador.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Contratos a termo de moeda estrangeira (NDF balcão - Cetip):

Controladora- 2012							
Venci- mento	Posição	US\$ mil	Taxa média fixada - R\$/US\$ 1	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a pagar - R\$	
abr/12	Vendida	6.708	1,8529	12.430	203	203	
mai/12	Vendida	2.000	1,7280	3.456	(220)	(220)	
jun/12	Vendida	6.500	1,7762	11.546	(468)	(468)	
jul/12	Vendida	20.416	1,7804	36.348	(1.585)	(1.585)	
ago/12	Vendida	54.336	1,8192	98.850	(2.714)	(2.714)	
set/12	Vendida	40.792	1,8459	75.304	(1.440)	(1.440)	
out/12	Vendida	45.646	1,8397	83.980	(2.333)	(2.333)	
nov/12	Vendida	35.660	1,8473	65.872	(1.917)	(1.917)	
dez/12	Vendida	28.127	1,8871	53.080	(694)	(694)	
jan/13	Vendida	25.667	1,8893	48.493	(813)	(813)	
fev/13	Vendida	11.180	1,8790	21.007	(571)	(571)	
mar/13	Vendida	8.500	1,9017	16.166	(320)	(320)	
abr/13	Vendida	2.500	1,9182	4.796	(77)	(77)	
mai/13	Vendida	5.000	1,9545	9.772	(36)	(36)	
ago/13	Vendida	14.880	2,0296	30.200	452	452	
ago/14	Vendida	14.880	2,1608	32.152	152	152	
ago/15	Vendida	14.880	2,2955	34.158	(28)	(28)	
		<u>337.672</u>				<u>(12.409)</u>	

Consolidado- 2012							
Venci- mento	Posição	US\$ mil	Taxa média fixada - R\$/US\$ 1	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a pagar - R\$	
abr/12	Vendida	6.740	1,8521	12.483	199	199	
mai/12	Vendida	2.032	1,7274	3.510	(225)	(225)	
jun/12	Vendida	7.739	1,7918	13.867	(450)	(450)	
jul/12	Vendida	21.655	1,7855	38.665	(1.584)	(1.584)	
ago/12	Vendida	54.529	1,8195	99.214	(2.709)	(2.709)	
set/12	Vendida	40.872	1,8462	75.458	(1.431)	(1.431)	
out/12	Vendida	46.065	1,8400	84.760	(2.342)	(2.342)	
nov/12	Vendida	35.901	1,8478	66.336	(1.916)	(1.916)	
dez/12	Vendida	28.610	1,8881	54.019	(682)	(682)	
jan/13	Vendida	25.667	1,8893	48.493	(813)	(813)	
fev/13	Vendida	11.937	1,8853	22.505	(542)	(542)	
mar/13	Vendida	8.500	1,9017	16.165	(320)	(320)	
abr/13	Vendida	2.500	1,9182	4.795	(77)	(77)	
mai/13	Vendida	5.000	1,9545	9.773	(36)	(36)	
ago/13	Vendida	14.880	2,0296	30.200	452	452	
ago/14	Vendida	14.880	2,1608	32.153	152	152	
ago/15	Vendida	14.880	2,2955	34.157	(28)	(28)	
		<u>342.387</u>				<u>(12.352)</u>	

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e consolidado - 2011						
Vencimento	Posição	US\$ mil	Taxa média fixada - R\$/US\$ 1	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber - R\$
abr/11	Vendida	2.575	1,8992	4.890	696	696
mai/11	Vendida	1.000	1,6697	1.670	29	29
jun/11	Vendida	1.000	1,6828	1.683	29	29
jul/11	Vendida	6.000	1,8048	10.830	814	814
ago/11	Vendida	500	1,7160	858	18	18
set/11	Vendida	500	1,7305	865	19	19
out/11	Vendida	9.500	1,8375	17.458	1.203	1.203
nov/11	Vendida	2.500	1,7669	4.418	121	121
dez/11	Vendida	4.500	1,8577	8.361	545	545
jan/12	Vendida	4.080	1,7995	7.342	224	224
fev/12	Vendida	1.500	1,8162	2.724	85	85
mar/12	Vendida	1.000	1,8247	1.825	53	53
abr/12	Vendida	1.000	1,8393	1.840	58	58
		35.655				3.894

As contrapartes dos contratos a termo de moeda estrangeira são as instituições financeiras: America Merrill Lynch, Citibank, Rabobank, Bradesco, Santander, HSBC, Itaú BBA, Deutsche Bank, Goldman Sachs, Morgan Stanley, BTG Pactual, Barclays e Credit Agricole Brasil.

(c) Contratos a termo de açúcar “sugar 11” (NDF balcão - Cetip):

Controladora - 2012						
Venci- mento	Posição	Lotes	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$
mai/12	vendida	282	26,94	13.846	1.283	1.283
jul/12	vendida	745	25,69	34.870	2.833	2.833
out/12	vendida	300	24,53	13.409	402	402
		1.327				4.518

Consolidado - 2012						
Venci- mento	Posição	Lotes	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$
mai/12	vendida	282	26,94	13.846	1.283	1.283
jul/12	vendida	1.072	25,48	49.766	2.849	2.849
out/12	vendida	627	24,75	28.281	416	416
		1.981				4.548

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e consolidado - 2011

Venci- mento	Posição	Lotes	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$
mai/11	Vendida	872	22,80	32.383	(6.621)	(6.621)
jul/11	Vendida	1.508	20,63	50.678	(12.060)	(12.060)
out/11	Vendida	625	20,10	20.464	(4.566)	(4.566)
mar/12	Vendida	10	22,29	363	(29)	(29)
		<u>3.015</u>				<u>(23.276)</u>

As contrapartes dos contratos a termo de açúcar “sugar 11” são as instituições financeiras: Citibank, Macquarie, Deutsche Bank e Barclays.

(d) Contratos de swap - dólar x CDI (balcão - Cetip):

Controladora - 2012

Venci- mento	Valor de referência (Nocional) - US\$ (000)	Valor base - R\$	Ponta ativa	Ponta passiva	Valor justo (Fair value)-R\$	Efeito a pagar - R\$
abr/12	(USD 20.000)	(37.000)	85% do CDI	USD + 1,55%	(1.133)	<u>(1.133)</u>

Consolidado - 2012

Venci- mento	Valor de referência (Nocional) - US\$ (000)	Valor base - R\$	Ponta ativa	Ponta passiva	Valor justo (Fair value)-R\$	Efeito a pagar - R\$
abr/12	(USD 20.000)	(37.000)	85% do CDI	USD + 1,55%	(1.133)	(1.133)
nov/12	USD 966	1.646	LB12 USD +	USD + 5,15%	(47)	(47)
nov/13	USD 2.897	4.939	LB6 USD + 1,95%	USD + 5,09%	(188)	(188)
set/15	USD 4.829	8.608	LB6 USD	USD + 1,43%	(63)	(63)
dez/15	USD 6.548	11.673	LB6 USD	USD + 1,35%	(82)	(82)
dez/15	USD 2.897	5.172	LB6 USD	USD + 1,22%	(30)	(30)
						<u>(1.543)</u>

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos demonstrados acima possui previsão de realização para as seguintes telas/ períodos:

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora em 31 de março de 2012	Vencimento por tela				
	mai/12	jul/12	out/12	mar/13	Total
MERCADORIAS					
Derivativos designados para hedge					
Valor justo dos futuros comprados - açúcar	184				184
Valor justo dos futuros vendidos - açúcar	1.774	2.507	365	(426)	4.220
Valor justo das NDFs vendidas - açúcar	1.283	2.833	402		4.518
	3.241	5.340	767	(426)	8.922
Opções de açúcar					
Valor justo de posição titular – venda	112	1.078	1.301	36	2.527
Valor justo de posição titular – compra	320	641	853		1.814
Valor justo de posição lançadora – venda	(5)	(395)	(720)		(1.120)
Valor justo de posição lançadora – compra	(620)	(739)	(1.201)	(30)	(2.590)
	(193)	585	233	6	631
	3.048	5.925	1.000	(420)	9.553

Controladora em 31 de março de 2012	Vencimento por período					
	1T12	2T12	3T12	4T12	Após	Total
MERCADORIAS						
Derivativos designados para hedge						
Valor justo dos futuros vendidos - etanol	8					8
MOEDA ESTRANGEIRA						
Derivativos designados para hedge						
Valor justo das NDFs vendidas - câmbio	(484)	(5.740)	(4.944)	(1.704)	463	(12.409)
Derivativos não designados para hedge						
Swaps						
Valor justo de Swap - dólar x CDI	(1.133)					(1.133)
	(1.609)	(5.740)	(4.944)	(1.704)	463	(13.534)

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado em 31 de março de 2011	Vencimento por tela				
	mai/12	jul/12	out/12	mar/13	Total
MERCADORIAS					
Derivativos designados para hedge					
Valor justo dos futuros comprados - açúcar	(32)	(493)	(108)		(633)
Valor justo dos futuros vendidos - açúcar	1.800	2.920	585	(449)	4.856
Valor justo das NDFs vendidas - açúcar	1.283	2.849	416		4.548
	3.051	5.276	893	(449)	8.771
Opções de açúcar					
Valor justo de posição titular – venda	203	1.524	1.916	36	3.679
Valor justo de posição titular – compra	320	641	853		1.814
Valor justo de posição lançadora – venda	(5)	(411)	(743)		(1.159)
Valor justo de posição lançadora – compra	(648)	(1.056)	(1.784)	(30)	(3.518)
	(130)	698	242	6	816
	2.921	5.974	1.135	(443)	9.587

Consolidado em 31 de março de 2011	Vencimento por período					
	1T12	2T12	3T12	4T12	Após	Total
MERCADORIAS						
Derivativos designados para hedge						
Valor justo dos futuros vendidos - etanol	(156)	(29)				(185)
MOEDA ESTRANGEIRA						
Derivativos Designados para hedge						
Valor justo das NDFs vendidas - açúcar						
Valor justo das NDFs vendidas - câmbio	(476)	(5.724)	(4.940)	(1.675)	463	(12.352)
Derivativos não designados						
Valor justo de <i>swap</i> - dólar x CDI	(1.133)					(1.133)
	(1.765)	(5.753)	(4.940)	(1.675)	463	(13.670)

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2012 e de 2011, os resultados das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que afetaram as contas de resultado, foram:

	2012		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contratos vinculados a produtos:				
Contratos futuros	(24.266)	(25.906)	(1.302)	10.602
Opções	(7.685)	(6.184)	(3.295)	(7.335)
Comissões e corretagens	(524)	(561)	(398)	(613)
Variação cambial	20	20	(516)	(516)
	<u>(32.455)</u>	<u>(32.631)</u>	<u>(5.511)</u>	<u>2.138</u>
Contratos vinculados a moeda:				
Contratos a termo	(17.108)	(17.555)	12.819	27.723
Opções	(549)	(549)	169	169
	<u>(17.657)</u>	<u>(18.104)</u>	<u>12.988</u>	<u>27.892</u>
Contratos vinculados a dívida:				
Swap	6.757	6.020		(9.602)
Efeito líquido	<u>(43.355)</u>	<u>(44.715)</u>	<u>7.477</u>	<u>20.428</u>
Efeito nas rubricas do resultado:				
Receita bruta	(43.584)	(43.585)	14.396	41.139
Receita financeira	32.307	35.991	14.539	15.361
Despesa financeira	(32.098)	(37.141)	(20.942)	(35.556)
Variação monetária e cambial, líquida	20	20	(516)	(516)
	<u>(43.355)</u>	<u>(44.715)</u>	<u>7.477</u>	<u>20.428</u>

30.2 Margens dadas em garantia

Para atender as garantias exigidas pelas bolsas em determinadas operações com instrumentos financeiros derivativos, a Companhia e suas controladas mantinham os montantes abaixo demonstrados como garantia de operações com derivativos.

Corretoras	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Natixis	524		711	
New Edge	(6)	507	(6)	507
Prudential	287	1.202	287	1.202
Hencorp			61	
Macquarie			18	
ICAP			79	
ADM			221	
Santander	(83)		(84)	
	<u>722</u>	<u>1.709</u>	<u>1.287</u>	<u>1.709</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Informação por segmento (consolidado)

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a diretoria, a presidência e o conselho de administração.

As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pela Companhia e suas controladas, compondo três segmentos:

- (i) Açúcar;
- (ii) Etanol; e
- (iii) Outros produtos.

No segmento de “Outros produtos” (iii) estão incluídas as operações relacionadas à produção e comercialização de energia elétrica, provenientes da Companhia e da UBV, ácido ribonucléico (sal sódico), provenientes da incorporação da Omtek, e outros produtos ou subprodutos de menor relevância.

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por produto, com foco na rentabilidade.

Os ativos operacionais relacionados a esses segmentos estão localizados apenas no Brasil (Estado de São Paulo e Goiás).

As informações por segmento de negócios, utilizadas pelos principais tomadores de decisão são as seguintes:

(a) Resultado consolidado por segmento

Exercício findo em 31 de março de 2012

	Açúcar	Etanol	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita líquida	766.687	505.070	95.233		1.366.990
Custo dos produtos vendidos	(484.241)	(427.342)	(78.855)		(990.438)
Lucro bruto	282.446	77.728	16.378		376.552
Margem bruta	36,8%	15,4%	17,2%		27,5%
Despesas com vendas	(43.995)	(6.730)	(3.023)		(53.748)
Demais despesas operacionais				(93.963)	(93.963)
Lucro operacional	238.451	70.998	13.355	(93.963)	228.841
Despesas financeiras, líquidas				(40.314)	(40.314)
Variações cambiais, líquidas				(22.324)	(22.324)
Lucro antes dos tributos	238.451	70.998	13.355	(156.601)	166.203
Imposto de renda e contribuição social				(39.592)	(39.592)
Lucro líquido do exercício	238.451	70.998	13.355	(196.193)	126.611

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Exercício findo em 31 de março de 2011

	Açúcar	Etanol	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita líquida	702.175	520.958	71.913		1.295.046
Custo dos produtos vendidos	(420.483)	(411.529)	(63.690)		(895.702)
Lucro bruto	281.692	109.429	8.223		399.344
Margem bruta	40,1%	21,0%	11,4%		30,8%
Despesas com vendas	(47.274)	(10.777)	(154)		(58.205)
Demais despesas operacionais				(105.374)	(105.374)
Lucro operacional	234.418	98.652	8.069	(105.374)	235.765
Despesas financeiras, líquidas				(62.134)	(62.134)
Variações cambiais, líquidas				23.465	23.465
Lucro antes dos tributos	234.418	98.652	8.069	(144.043)	197.096
Imposto de renda e contribuição social				(54.808)	(54.808)
Lucro líquido do exercício	234.418	98.652	8.069	(198.851)	142.288

(b) Ativos operacionais consolidados por segmento

Os principais ativos operacionais da Companhia e suas controladas foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração a produção de cada produto em relação à produção total; assim, essa alocação pode variar de um período para outro.

Em 31 de março de 2012

	Açúcar	Etanol	Outros produtos	Total
Contas a receber de clientes	6.278	25.152	6.969	38.399
Estoques	53.972	101.418	8.862	164.252
Ativos biológicos	282.517	350.387		632.904
Imobilizado	1.402.441	1.461.113	380.713	3.244.267
Intangível	37.864	31.498	48	69.410
Demais ativos não alocados				637.935
Total	1.783.072	1.969.568	396.592	4.787.167

Em 31 de março de 2011

	Açúcar	Etanol	Outros produtos	Total
Contas a receber de clientes	22.379	34.024	3.270	59.673
Estoques	65.442	59.811	13.853	139.106
Ativos biológicos	206.760	228.772		435.532
Imobilizado	1.471.068	1.351.584	42.109	2.864.761
Intangível	21.700	15.026		36.726
Demais ativos não alocados				405.860
Total	1.787.349	1.689.217	59.232	3.941.658

Considerando que os principais tomadores de decisão analisam seus passivos de forma consolidada, não estão sendo divulgadas informações por segmento relacionadas a passivos.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32 Receitas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	442.225	286.197	655.003	670.493
Mercado externo	767.458	321.898	792.263	713.894
	<u>1.209.683</u>	<u>608.095</u>	<u>1.447.266</u>	<u>1.384.387</u>
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(56.554)	(38.259)	(80.276)	(89.341)
	<u>1.153.129</u>	<u>569.836</u>	<u>1.366.990</u>	<u>1.295.046</u>

33 Custos e despesas por natureza

A demonstração de resultado da Companhia é classificada por função. A reconciliação por natureza/finalidade conforme requerido pelas práticas contábeis é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Custos e despesas por natureza:				
Matéria prima e materiais de uso e consumo	356.125	133.630	373.582	321.513
Despesas com pessoal	138.519	68.565	163.825	134.216
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	292.733	142.893	351.778	330.532
Peças e serviços de manutenção	32.105	17.901	39.824	34.952
Serviços de terceiros	90.943	42.297	108.016	99.998
Contencioso	20.151	4.216	20.158	9.299
Variação no valor justo dos ativos biológicos	(37.543)	11.516	(31.978)	34.298
Materiais para revenda	21.211	5.542	30.428	21.804
Outras despesas	78.155	19.662	109.052	68.425
	<u>992.399</u>	<u>446.222</u>	<u>1.164.685</u>	<u>1.055.037</u>
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	843.734	382.639	990.438	895.702
Despesas com vendas	47.724	19.671	53.748	58.205
Despesas gerais e administrativas	100.941	43.912	120.499	101.130
	<u>992.399</u>	<u>446.222</u>	<u>1.164.685</u>	<u>1.055.037</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

34 Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado na venda de imobilizado	(596)	893	(631)	2.194
Resultado na venda de investimento	6		7	
Parcelamento da Lei 11.941	424	(10.039)		(9.945)
Ganho de capital com investimentos	13.720	8.533	13.720	24.666
Provisão para contingências		(13.144)	618	(13.184)
Gastos com reestruturação societária		(3.799)		(11.717)
Deságio na aquisição de investimento	11.259		11.259	
Outros	2.820	2.531	2.014	3.742
	<u>27.633</u>	<u>(15.025)</u>	<u>26.987</u>	<u>(4.244)</u>

35 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras				
Juros recebidos e auferidos	27.483	7.770	38.162	20.439
Resultado positivo com derivativos	32.307	14.539	35.991	15.361
Outras receitas	1.277	192	1.539	3.673
	<u>61.067</u>	<u>22.501</u>	<u>75.692</u>	<u>39.473</u>
Despesas financeiras				
Juros pagos e incorridos	(49.642)	(19.659)	(73.147)	(59.887)
Resultado negativo com derivativos	(32.098)	(20.942)	(37.141)	(35.556)
Outras despesas	(2.739)	(2.073)	(5.718)	(6.164)
	<u>(84.479)</u>	<u>(42.674)</u>	<u>(116.006)</u>	<u>(101.607)</u>
Variação cambial e monetária				
Variação cambial e monetária positiva	139.468	27.141	160.534	80.851
Variação cambial e monetária negativa	(157.040)	(20.585)	(182.858)	(57.386)
	<u>(17.572)</u>	<u>6.556</u>	<u>(22.324)</u>	<u>23.465</u>
Resultado financeiro	<u>(40.984)</u>	<u>(13.617)</u>	<u>(62.638)</u>	<u>(38.669)</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

36 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro líquido básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	126.611	142.288
Média ponderada do número de ações ordinárias no exercício - lotes de mil	<u>112.721</u>	<u>112.861</u>
Lucro básico e diluído (em reais)	<u>1,12</u>	<u>1,26</u>

O lucro líquido básico se aproxima do lucro líquido diluído por ação, uma vez que o efeito do plano de opção de compra de ações não é significativo.

37 Cobertura de seguros (não auditada)

A Companhia e suas controladas mantêm programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes. Além disso, mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes em 31 de março de 2012 são:

<u>Riscos cobertos</u>	<u>Cobertura máxima (*)</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Responsabilidade civil	1.241.650	1.500.096
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	212.500	319.789
Roubo ou furto	67.509	118.738
Outras coberturas	109.439	128.474
Danos elétricos	17.792	22.701
Fenômenos naturais, impactos de veículos aéreos ou terrestres, etc.	8.500	11.638

(*) Corresponde ao valor máximo das coberturas para diversos bens e localidades seguradas.

As coberturas relativas aos veículos, principalmente sobre responsabilidade civil, também estão incluídas acima, exceto para os danos materiais, que têm como referência, em média, 100% da tabela FIPE.

38 Aquisição de participação societária

Conforme mencionado na Nota 1.6, em 21 de novembro de 2011, a Companhia adquiriu 32,18% do capital social da SC e 17,97% do capital social da ABV, pelos montantes ajustados a valor presente de R\$ 102.764 e R\$ 65.308, respectivamente. Foi firmado acordo entre os acionistas estabelecendo o controle compartilhado sobre essas investidas.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A SC tem sede no município de Américo Brasiliense, a aproximadamente 45 quilômetros de distância da maior usina da Companhia, conta com capacidade de processamento de 4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e tem flexibilidade de produção de açúcar e etanol em 60% e 40%, respectivamente. A ABV possui terras que são arrendadas para a SC cultivar cana-de-açúcar.

Como resultado da aquisição, espera-se que a Companhia extraia forte sinergia junto a SC e ABV nas seguintes áreas estratégicas:

- (i) Área agrícola – serão implementadas, já a partir da próxima safra, operações para maximização de Corte, Carregamento e Transporte - CCT, do plantio e dos tratos culturais da cana-de-açúcar; e
- (ii) Ganhos de escala – (a) compra de insumos, serviços agrícolas e industriais em conjunto; (b) uniformidade e padronização de equipamentos e peças sobressalentes; (c) racionalização na manutenção de equipamentos agrícolas e industriais; (d) redução nos custos de logística na movimentação de açúcar e etanol; (e) sinergias na estrutura administrativa e comercialização da produção em conjunto.

A administração contratou peritos independentes para a mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos e para a determinação do *purchase pricing allocation* (PPA). As variações oriundas da mensuração dos valores justos dos investimentos adquiridos, bem como, o PPA, foram ajustados no período de mensuração registrados retroativamente (na data de aquisição), com correspondentes ajustes no ágio preliminarmente contabilizado.

As tabelas a seguir demonstram a contrapartida da aquisição para cada uma das participações adquiridas.

(a) Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool

	<u>Formação do preço de compra</u>
Preço de compra considerado	
Valor pago em 21 de novembro de 2011	36.081
Valor presente da parcela a ser paga em Nov/12	34.029
Valor presente da parcela a ser paga em Nov/13	32.654
Contraprestação total	<u>102.764</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Valores contábeis</u>	<u>Ajustes ao valor justo</u>	<u>Valores ajustados</u>
Valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos			
Caixa e equivalentes de caixa	41.143		41.143
Contas a receber de clientes	12.775		12.775
Estoques	134.222	7.842	142.064
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.475	961	39.436
Investimentos	132.780	64.679	197.459
Ativos biológicos	151.942		151.942
Imobilizado	457.724	56.605	514.329
Intangível	2.066	71.037	73.103
Demais ativos	19.491		19.491
Empréstimos e financiamentos	(566.046)	(2.602)	(568.648)
Fornecedores	(46.035)		(46.035)
Obrigações Copersucar	(43.547)		(43.547)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(74.864)	(51.790)	(126.654)
Demais passivos	(52.449)	(226)	(52.675)
Valor total dos ativos e passivos da investida	<u>207.677</u>	<u>146.506</u>	354.183
Participação adquirida			32,19%
(=) Investimento - proporção do valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos			<u>114.023</u>
(=) Deságio apurado (registrado no resultado do exercício)			<u>(11.259)</u>

(b) Agro Pecuária Boa Vista S.A.

	<u>Formação do preço de compra</u>
Preço de compra considerado	
Valor pago em 21 de novembro de 2011	22.929
Valor presente da parcela a ser paga em Nov/12	21.626
Valor presente da parcela a ser paga em Nov/13	<u>20.753</u>
Contraprestação total	<u>65.308</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Valores contábeis</u>	<u>Ajustes ao valor justo</u>	<u>Valores ajustados</u>
(-) Valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos			
Caixa e equivalentes de caixa	144		144
Contas a receber de clientes	5.241		5.241
Tributos a recuperar	13.162		13.162
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.911	1.233	29.144
Imobilizado (principalmente terras)	316.027	163.894	479.921
Demais ativos	4.947		4.947
Empréstimos e financiamentos	(17.089)		(17.089)
Tributos parcelados	(22.160)		(22.160)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(81.155)	(55.724)	(136.879)
Demais passivos	(3.749)	(3.626)	(7.375)
Valor total dos ativos e passivos da investida	<u>243.279</u>	<u>105.777</u>	349.056
Participação adquirida			17,97%
(=) Investimento - proporção do valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos			62.713
(=) Ágio na aquisição			<u>2.595</u>

Os custos relacionados com a transação estão representados por comissões, despesas com advogados e intermediários e totalizaram R\$ 1.684, registrados no resultado do exercício findo em 31 de março de 2012.

38.1 Contas a pagar – Aquisição de participações societárias

Conforme descrito na Nota 1.6, o pagamento da aquisição das participações societárias na SC e na ABV foi estabelecido em três parcelas, sendo que o saldo a pagar registrado decorrente da aquisição é composto conforme demonstrativo abaixo:

	<u>SC</u>	<u>ABV</u>	<u>Total</u>
Valor presente da contraprestação total	102.764	65.308	168.072
Pagamento realizado em 21 de novembro de 2011	(36.081)	(22.929)	(59.010)
Apropriação de ajuste ao valor presente	<u>2.698</u>	<u>1.715</u>	<u>4.413</u>
Saldo em 31 de março de 2012	69.381	44.094	113.475
Passivo circulante	<u>(35.405)</u>	<u>(22.501)</u>	<u>(57.906)</u>
Passivo não circulante	<u>33.976</u>	<u>21.593</u>	<u>55.569</u>

* * *

Relatório da Administração

Pradópolis, 25 de junho de 2012.

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2012. As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de março de 2011 foram as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e o IFRS.

Na safra 2011/2012, o Grupo São Martinho processou 11,4 milhões de toneladas, o que representou uma queda de 12,7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, consequência da quebra de safra, resultante de fatores climáticos adversos, como geadas, florescimento de cana, etc.

A queda de produção foi parcialmente compensada pelo aumento de preços e a São Martinho conseguiu encerrar o exercício com Lucro de R\$ 126,6 milhões, uma queda de apenas 11% em relação ao ano anterior.

No exercício social de 2012, destacaram-se ainda os seguintes eventos:

- 1) Em 02 de agosto de 2011, anunciamos a criação da holding controladora da São Martinho S.A., nomeada LJM Participações S.A., pelos controladores da Companhia, Luiz Ometto Participações S.A., João Ometto Participações S.A. e Nelson Ometto Participações S.A.;
- 2) Em 17 de agosto de 2011, anunciamos o plano de investimento para a ampliação da capacidade de moagem da Usina Boa Vista, em Goiás, para oito milhões de toneladas, previsto ocorrer na safra 2016/2017;
- 3) Em 31 de outubro de 2011, anunciamos a compra de 32,18% da Santa Cruz - Açúcar e Álcool (Usina Santa Cruz) e 17,97% da Agropecuária Boa Vista, localizadas a aproximadamente 45 km da Usina São Martinho;

Abaixo, detalhamos o andamento de nossos negócios durante o exercício de 2012 bem como as perspectivas para a safra 12/13 (exercício social de 2013).

Diretor Presidente
Fábio Venturelli

1. Descrição dos Negócios

A São Martinho S.A. - uma das maiores produtoras de açúcar e álcool do Brasil - possui, atualmente, quatro usinas em operação: São Martinho, em Pradópolis (região de Ribeirão Preto, SP); Iracema, em Iracemápolis (região de Limeira, SP), 50,95% da Boa Vista (Quirinópolis, a 300km de Goiânia, GO) e 32,18% da Santa Cruz (região de Américo Braziliense, a 45km da Usina São Martinho).

Na safra 2011/2012, o Grupo São Martinho processou 11,4 milhões de toneladas (10,6 milhões de toneladas considerando a participação proporcional na Usina Boa Vista), o que representou uma queda de 12,7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, consequência da quebra de safra, resultante de fatores climáticos adversos, como geadas, florescimento de cana, etc.

Nossas vendas líquidas consolidadas na safra 11/12 atingiram R\$ 1.367,0 milhões, sendo 42% destinado para o mercado local e 58% para o mercado externo.

2. Conjuntura Econômica Geral e Mercado

A safra 2012 foi novamente impactada por fatores climáticos que afetaram negativamente a produção de açúcar e etanol no Brasil. Com isso, a expansão da oferta continua bastante limitada.

De acordo com a UNICA (União da Indústria de Cana de Açúcar), a região Centro Sul iria moer na safra 11/12 aproximadamente 568 milhões de toneladas de cana de açúcar. A safra encerrou com moagem efetiva de 493,3 milhões de toneladas (-13,2%), totalizando 31,3 milhões de toneladas de açúcar (-6,6%) e 20,5 bilhões de litros de etanol (-19,6%).

No acumulado dos 12M12, o preço do açúcar em dólar apresentou crescimento de 7,9%, impactando positivamente os preços médios de vendas.

No caso do etanol, a elevação nos preços no mesmo período foi de 29,4% para o álcool anidro e 24,7% para o álcool hidratado, impulsionado principalmente pela redução do volume produzido.

3. Gestão de Pessoas

Pautado em um modelo de Gestão de Pessoas atualizado e abrangente, assim como pilares sólidos para atrair, formar e reter pessoas, o Grupo São Martinho visa propiciar oportunidades, capacitar e motivar as equipes, estudar novas tecnologias e parcerias para agregar maior valor ao seu produto, tornaram-se objetivos do dia a dia da companhia para enfrentar os desafios cada vez maiores do setor sucroenergético.

Algumas ferramentas e programas são desenvolvidos pela companhia.

Estagiário: O objetivo é prepará-los através da integração dos conhecimentos da escola e da organização. A meta é contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional do aluno por meio da complementação do ensino-aprendizagem prática. Com essa interação, o Grupo acredita que o aluno e a empresa ganham através do estímulo ao aperfeiçoamento técnico do estagiário e de seus colaboradores.

Jovem aprendiz: Através de convênios com instituições como SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, a Companhia atende à legislação, prepara

tecnicamente novos profissionais de acordo com sua demanda e cria oportunidade de acesso ao mercado de trabalho aos jovens, através do primeiro emprego.

Trainee: Objetiva atrair, reter e desenvolver talentos potenciais para atuar como líderes da organização no curto e médio prazo a fim de garantir sustentabilidade ao negócio. Através do projeto “Líderes do Futuro”, o *trainee* conhece a realidade da São Martinho e aprende a relacionar-se com pessoas de diversas áreas e diferentes culturas e participa de uma abrangente agenda de cursos, visitas e trabalhos.

Remuneração: O Grupo São Martinho adota práticas de remuneração compatíveis com o mercado e estabelece políticas que valorizam e reconhecem o desempenho dos colaboradores.

PPR – Programa de Participação nos Resultados: Com metas anuais e foco no desempenho econômico, financeiro e operacional, os colaboradores do Grupo podem obter até dois salários a mais por ano dependendo do alcance das metas acordadas.

Remuneração Variável: A companhia adota também a remuneração variável mensal baseada na performance das equipes, dos processos. Abrange os colaboradores dos processos agrícola e industrial que podem assim, obter um incremento substancial em sua remuneração mensal.

Remuneração por Competências e Habilidades: Um dos programas adotados pela Companhia é a Avaliação por Competências e Habilidades, realizada anualmente e, de acordo com os resultados individuais, pode gerar uma alteração no salário fixo ou pagamento de forma variável.

Benefícios: O Grupo São Martinho oferece um completo pacote de benefícios aos colaboradores. Os principais são: plano de saúde, previdência privada, assistência odontológica e farmacêutica, refeição, cesta básica, transporte, seguro de vida, entre outros específicos de cada unidade.

Segurança: A companhia adota os mais rígidos padrões de segurança na prevenção de acidentes do trabalho e oferece um ambiente e uma atividade laboral que prezam pela integridade física do colaborador. Um intenso trabalho de conscientização e prevenção também é desenvolvido através de campanhas (Faça o Certo. Celebre a Vida, Acidente Zero, outros), Programas (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, Auditorias/Inspeções, outros) de diálogos diários de segurança, atuação efetiva das CIPA's (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes), investimento em EPI's – Equipamentos de Proteção Individuais de primeira linha, certificados e desenvolvidos para atender exigências ergonômicas, além da capacitação intensa da sua equipe de técnicos.

Saúde Ocupacional: Possui estrutura própria que atende à legislação vigente, equipes treinadas constantemente e equipamentos de apoio. O Grupo investe em campanhas, programas e palestras de prevenção que garantem melhores condições de saúde e bem-estar aos colaboradores. A ginástica laboral, adotada em todas as áreas da companhia, proporciona a prevenção de lesões, corrige posturas e melhora o desempenho.

Treinamento/Capacitação: O desenvolvimento das competências comportamentais e habilidades técnicas é o principal objetivo do investimento em treinamento e capacitação. A companhia acredita que é a melhor forma de preparar a organização para enfrentar os desafios futuros, que exigirão cada vez mais profissionais motivados, atualizados, versáteis e comprometidos. Um dos programas estruturados pelo Grupo -

PDG – Programa de Desenvolvimento de Gestores - visa o desenvolvimento das competências organizacionais, bem como aspectos relacionados à cultura e ao negócio. O programa utiliza a metodologia de Ram Charan - Pipeline de Liderança - e abrange todos os Gestores da Companhia.

Gestão de Potenciais: Preocupada em alcançar as metas de crescimento, o Grupo desenvolve programa que visa valorizar seus colaboradores através da identificação e preparação de seus possíveis sucessores.

Bolsas de Estudo: Com o objetivo principal de desenvolver as competências necessárias para alavancar a performance dos colaboradores, este programa contempla cursos de níveis técnico, graduação e pós-graduação.

4. Investimentos

SÃO MARTINHO - CONSOLIDADO	4T12	4T11	Var.%	12M12	12M11	Var.%
Capex de Manutenção						
Plantio de Cana	41.551	25.669	61,9%	96.824	74.023	30,8%
Industriais / Agrícolas	55.198	52.868	4,4%	106.315	100.493	5,8%
Tratos Culturais	25.419	24.015	5,8%	116.543	87.835	32,7%
Sub Total	122.169	102.551	19,1%	319.682	262.351	21,9%
Modernização / Mecanização / Expansão						
Industriais / Agrícolas	45.447	12.975	250,3%	164.397	32.518	405,6%
Outros	-	-	n.m.	-	387	n.m.
Sub Total	45.447	12.975	250,3%	164.397	32.905	399,6%
Usina Boa Vista						
Plantio de Cana	1.053	12.467	-91,6%	44.225	52.936	-16,5%
Industriais / Agrícolas	22.130	13.777	60,6%	40.794	75.649	-46,1%
Tratos Culturais	5.967	4.566	30,7%	36.709	30.268	21,3%
Sub Total	29.151	30.809	-5,4%	121.728	158.854	-23,4%
Capex de Manutenção - Santa Cruz						
Plantio de Cana	7.076	-	n.m.	8.418	-	n.m.
Industriais / Agrícolas	7.474	-	n.m.	11.523	-	n.m.
Tratos Culturais	3.281	-	n.m.	5.321	-	n.m.
Sub Total	17.831	-	n.m.	25.263	-	n.m.
Total Geral	214.598	146.335	46,6%	631.070	454.110	39,0%

O Capex de manutenção do Grupo São Martinho somou R\$ 319,7 milhões um aumento de 21,9% (R\$ 57,4 milhões) em relação o exercício passado. Tal crescimento é explicado pelo (i) aumento de 8,6 mil hectares de áreas tratadas e (ii) aumento de 9 mil hectares em renovação do canavial.

Os investimentos relacionados à expansão e modernização totalizaram R\$ 164,4 milhões no acumulado dos 12M12. Os principais investimentos foram: (i) projeto de cogeração da Usina São Martinho (R\$ 70 milhões), (ii) investimento na expansão do terminal de escoamento de açúcar na planta da Usina São Martinho (R\$ 30 milhões); e (iii) construção da fábrica da Amyris totalizando aproximadamente R\$ 20,5 milhões.

5. Governança Corporativa e Política de Dividendos

5.1. Governança Corporativa

A Sociedade confirmou sua opção pelas melhores práticas de Governança Corporativa ao aderir às regras do Novo Mercado da Bovespa, assegurando aos seus acionistas total transparência e tratamento igualitário, através do cumprimento de uma das mais

importantes e restritas regras de regulamentações de mercado, inclusive dentre os mercados internacionais.

Para o atendimento aos investidores, desde o início das negociações das ações na BM&FBovespa, foi estruturada uma equipe de Relações com Investidores (RI) que divulga ao mercado – nos idiomas português e inglês – todos os comunicados, fatos relevantes e demonstrações financeiras da Companhia.

5.2. Política de Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de julho de 2010, foi aprovada uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 8.838 (R\$ 0,0783 por ação), totalizando uma distribuição de dividendos no montante de R\$ 30.933 (R\$ 0,2741 por ação), correspondente a 35% do lucro líquido do último exercício (de acordo com o BR GAAP antigo) após a constituição da reserva legal.

Conforme facultado pela Lei 9.249/95, em setembro de 2010 a controlada USM (atualmente Vale do Mogi) calculou e distribuiu Juros sobre o Capital Próprio - JCP para a Companhia com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no período, no montante bruto de R\$ 15.680. Em dezembro de 2010, a Companhia calculou e distribuiu JCP com base na TJLP vigente no período, no montante bruto de R\$ 19.558.

Os juros sobre o capital próprio recebido da controlada USM foram registrados nos livros fiscais como receita financeira, e os juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas pela Companhia foram registrados nos livros fiscais como despesa financeira, conforme requerido pela legislação fiscal. Posteriormente, os juros sobre o capital próprio recebidos foram creditados à conta de investimentos, e os juros sobre o capital próprio pagos foram debitados à conta de lucros acumulados, em atendimento a Deliberação CVM 247/96. Adicionalmente, os JCP foram computados no cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de julho de 2011, foi aprovada uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 21.062 (R\$ 0,1866 por ação).

Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	126.611	142.288
Absorção de prejuízos acumulados		<u>(32.927)</u>
	126.611	109.361
Constituição de reserva legal - 5%	<u>(6.331)</u>	<u>(5.468)</u>
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	120.280	103.893
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (2012 - R\$ 0,2678 por ação)	30.070	25.973
JCP pagos a título de dividendos, líquidos do IRRF (2011 - R\$ 0,1488 por ação)		<u>(16.793)</u>
Parcela dos dividendos mínimos obrigatórios, a pagar (2012 - R\$ 0,2678 por ação)	<u>30.070</u>	<u>9.180</u>

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2012, foi proposta uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 6.014 (R\$ 0,0536 por ação) a ser ratificada em Assembleia Geral Ordinária.

6. Perspectivas

Perspectivas para as Próximas Safras

Açúcar

Na safra 11/12, os principais países produtores de açúcar do hemisfério norte, como Índia, Tailândia e Rússia, tiveram aumento de produção, resultado das melhores condições climáticas nessas regiões e aumento de área plantada. Apesar da maior oferta desses países, os preços do açúcar mantiveram-se em patamares elevados durante a safra. A combinação de quebra da safra de cana-de-açúcar no Brasil (principal produtor mundial e responsável por quase 50% do volume de açúcar transacionado mundialmente) e estoques mundiais ainda baixos, resultaram em preços da commodity acima de USD 22 cents/pound em toda safra.

Durante o período de pico da produção brasileira, de maio a setembro, os preços internacionais do açúcar obtiveram os patamares mais elevados, ultrapassando o nível de USD 27,00 cents/pound, resultado da queda na produção nacional, e da possibilidade de que houvesse redução expressiva na oferta de açúcar brasileiro na entressafra, uma vez que a região centro-sul brasileira produziu apenas 31,3 milhões de toneladas de açúcar nesta safra, 6,6% a menos com relação ao período anterior, em consequência de fatores climáticos adversos, como já citado anteriormente.

Já no início da safra 12/13, no entanto, nos últimos meses (abril e maio), os fatores macroeconômicos, juntamente com o final da safra e aumento da oferta de açúcar dos países do hemisfério norte, impactaram negativamente o preço do açúcar internacional levando-o aos níveis de USD 19 - 20 cents/pound.

Aproveitando um cenário de preços elevados e alinhado com nossa política de hedge, o Grupo São Martinho detinha em 31/03/2012, posições de hedge para a safra 12/13 em aproximadamente 475 mil toneladas, principalmente nas telas de maio/12, julho/12 e outubro/12, ao preço médio de USD 25 cents/pounds. Tais preços combinados com a recente desvalorização do real frente ao dólar, deve aumentar o preço médio de açúcar vendido em reais para São Martinho S.A no próximo exercício fiscal.

As expectativas para safra 12/13 na região centro-sul do Brasil são de estabilidade na produção de açúcar, assim como a produção da Índia, Tailândia e Rússia. Isto, em conjunto com o constante aumento na demanda mundial, deve reduzir superávit de produção de açúcar dos atuais 8 milhões de toneladas para 4 milhões.

Etanol

Observamos na safra 11/12 um aumento de preços de 29,4% e 24,7% para etanol anidro e hidratado, respectivamente. A melhora de preços durante a safra 11/12 ocorreu devido ao menor volume de oferta do produto e consequente ajuste de preços que ficaram próximos a paridade da gasolina nos postos de combustíveis.

A queda na produção de etanol no Brasil influenciou os preços dos produtos por todo o período 12M12, sendo que durante o 9M12, a queda na produção impactou positivamente os preços, levando-os a níveis mais elevados. Porém, no 4T12 o cenário de preços foi impactado negativamente pela necessidade de alguns produtores (durante o 3T12) realizarem importações de etanol para suprir a queda da produção brasileira, aumentando a oferta do produto no 4T12, e assim pressionando os preços para baixo. Além disso, este ano, o governo brasileiro diminuiu a mistura do etanol anidro na gasolina, de 25% para 20%, por conta da queda na produção, diminuindo a demanda potencial.

Para safra 12/13, observamos uma melhor evolução do cenário externo no mercado de etanol, com a expiração e não renovação da tarifa de importação de etanol e dos subsídios para produtores nos Estados Unidos. Assim, o mercado de etanol norte-americano poderá se tornar competitivo para produtores brasileiros em um futuro próximo, principalmente se o dólar continuar em níveis elevados como atualmente.

7. Desempenho no exercício – valores consolidados

DESTAQUES FINANCEIROS (milhares de R\$)	4T12	4T11	Var. (%)	12M12	12M11	Var. (%)
São Martinho - Consolidado						
Receita Bruta	279.701	305.224	-8,4%	1.447.266	1.384.387	4,5%
Receita Líquida	259.472	280.558	-7,5%	1.366.990	1.295.046	5,6%
EBITDA (Ajustado)	65.437	130.656	-49,9%	529.993	612.586	-13,5%
Margem EBITDA	25,2%	46,6%	-21,4 p.p.	38,8%	47,3%	-8,5 p.p.
Lucro Líquido	(4.898)	11.876	-141,2%	126.611	142.289	-11,0%
Indicadores de Balanço Consolidados						
Ativo Total	4.787.167	3.941.658	21,5%	4.787.167	3.941.658	21,5%
Patrimônio Líquido	2.054.748	1.953.486	5,2%	2.054.748	1.953.486	5,2%
EBITDA (acumulado dos últimos 12 meses)	529.993	612.586	-13,5%	529.993	612.586	-13,5%
Dívida Líquida	935.277	489.474	91,1%	935.277	489.474	91,1%
Dívida Líquida / (EBITDA dos últimos 12 meses)	1,8 x	0,8 x		1,8 x	0,8 x	
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	46%	25%		46%	25%	

DADOS OPERACIONAIS	12M12	12M11	Var.(%)
São Martinho - Consolidado			
Cana Processada (mil toneladas)	11.412	13.067	-12,7%
Própria	7.461	8.511	-12,3%
Terceiros	3.951	4.556	-13,3%
Colheita Mecanizada	85,7%	85,3%	0,4 p.p
Produção			
Açúcar (mil toneladas)	774	873	-11,3%
Álcool Anidro (mil m ³)	222	258	-13,9%
Álcool Hidratado (mil m ³)	226	307	-26,5%
RNA - Sal Sódico do Ácido Ribonucléico ('000 Kg)	226	264	-14,6%
Energia Exportada ('000 MWh)	213	163	30,5%

No comparativo 12M12 x 12M11, a receita líquida consolidada do Grupo apresentou aumento de 5,6%, impulsionada, principalmente, pelo aumento do preço de venda de açúcar em 10,6%, e do etanol de 26,5%, respectivamente, apesar do menor volume dos produtos disponíveis para comercialização, no período.

O EBITDA Ajustado do Grupo São Martinho atingiu R\$ 530,0 milhões (Margem EBITDA de 38,8%), o que representou uma redução de 13,5% em relação aos 12M11. Os principais motivos para piora do indicador foram: i) menor volume de vendas de etanol e açúcar devido a quebra da safra de cana de açúcar em toda região Centro Sul do Brasil e conseqüentemente nas usinas do grupo São Martinho e ii) consolidação parcial dos resultados da Usina Boa Vista (51%) como resultado da venda da participação à Petrobrás Biocombustível

8. Fontes de Recursos
ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

ENDIVIDAMENTO	mar/12	mar/11
Em Milhares de R\$		
PESA	78.995	76.438
Crédito Rural	20.139	25.721
BNDES / FINAME	437.843	358.540
Capital de Giro	145.465	-
ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio)	19.093	4.983
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	530.577	245.527
Outros	257	484
Obrigações decorrentes de Aquisição da Santa Cruz	113.475	-
Dívida Bruta Total	1.345.844	711.693
Disponibilidades	410.567	222.219
Dívida Líquida	935.277	489.474
Dívida Líquida / EBITDA Acum.	1,6 x	0,8 x

O endividamento líquido do Grupo São Martinho atingiu R\$ 935,3 milhões em março/12 o que representa um aumento de (+91,1%) em relação a março/11. O principal fator que contribuiu para o crescimento do endividamento foi à aquisição parcial de 32,18% da Santa Cruz. S.A e Agropecuária Boa Vista. Ao somarmos a valor pago aos acionistas vendedores (R\$ 170 milhões) e consolidação parcial da dívida líquida da Santa Cruz (R\$ 203,5 milhões), explicamos aproximadamente 85% do aumento do dívida.

9. Sustentabilidade

A sustentabilidade é um dos pilares estratégicos do Grupo São Martinho e está presente na missão da companhia de oferecer produtos de forma inovadora e que assegurem a preservação dos recursos naturais existentes.

Para o Grupo, ter como essência de seu negócio o etanol, açúcar, energia e outros derivados da cana-de-açúcar, que é um recurso renovável, vai além de estabelecer um compromisso com o meio ambiente, comunidade, clientes, parceiros e consumidores. Significa uma importante oportunidade de fomentar seu crescimento ao mesmo tempo em que colabora para o bem-estar das futuras gerações.

A sustentabilidade permeia toda a cadeia produtiva do Grupo, que abrange desde o uso responsável do solo, plantio e colheita mecanizada da cana-de-açúcar, reutilização de resíduos no processo produtivo, respeito e conservação do meio ambiente, ética e governança corporativa até o relacionamento com a comunidade e os demais públicos de interesse.

O conceito de sustentabilidade sempre esteve presente na cultura da companhia e permeou a sua forma de operar e gerir o negócio. O Grupo São Martinho tem investido historicamente em melhorias de processos, tecnologias e iniciativas que, além de refletir sua preocupação com a sustentabilidade, melhoram sua eficiência operacional.

9.1. Projetos Sociais/ Ações Sociais

Capacitação para o primeiro emprego: Em parceria com instituições de Iracemápolis, Quirinópolis (GO), e Pradópolis, a Companhia investe em programas sociais que propiciam acesso ao mercado de trabalho para, aproximadamente, 55 jovens de 16 a 18 anos. Todos são oriundos do Ensino Médio regular destas comunidades e prestam serviços na área administrativa, recebendo noções de primeiro emprego e de responsabilidades, além de salário, benefícios e a oportunidade de permanecer na companhia ao final do programa.

“Telessalas” - Iniciativa da Usina Iracema, em parceria com a Fundação Bradesco, responsável pela supervisão pedagógica, já formou cerca de dois mil alunos desde 2001, quando foi implementada. São seis telessalas nas cidades de Iracemápolis e Limeira, totalizando 240 vagas anuais disponibilizadas para os colaboradores da usina e também abertas à comunidade, além de mais duas telessalas, todas com equipamentos, material didático e monitores custeados pela usina.

Salas de Desenvolvimento Psicossocial - O projeto proporcionou a construção de salas de desenvolvimento psicossocial na Fundação Lions, bem como a reforma de outras áreas do Centro de Ensino Especial “Dr. Alfredo Mariz Costa”, em Quirinópolis (GO), possibilitando melhor qualidade no atendimento a aproximadamente 160 pessoas de 5 a 94 anos, portadoras de necessidades especiais atendidas pela instituição. Este projeto tem o apoio do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Programa de Formação de Motoristas e Operadores - Com o aumento da mecanização agrícola e com o fim das queimadas previsto em lei é necessária a capacitação da mão-de-obra remanescente. Embora já tendo um elevado índice de mecanização, a companhia investe constantemente em seus trabalhadores rurais, capacitando-os a operar tratores, máquinas e colhedoras de cana após treinamento teórico. Através do “Programa de Formação de Motoristas e Operadores” esta ação tem suprido a demanda da companhia por profissionais qualificados, e também disponibilizado ao mercado profissionais à uma vaga qualificada.

Programa de formação de mantenedores de máquinas agrícolas - Em parceria com o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, este programa amplia as habilidades e capacita o trabalhador rural a realizar manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas, principalmente em funções de solda, tornearia, mecânica, caldeiraria, eletroeletrônica, e componentes, entre outros.

Programa Capacitação da Comunidade e Aprendiz SENAI - Realizado em parceria com o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, nas cidades de Rio Verde e Quirinópolis (GO), proporcionando aprendizado e crescimento profissional para as comunidades de Quirinópolis, onde está instalada a Usina Boa Vista. São disponibilizados cursos de metrologia, desenho técnico, mecânica diesel, mecânica industrial e eletroeletrônica. Este projeto tem o apoio do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Outra iniciativa importante é o convênio Aprendiz SENAI em parceria com as usinas, que funciona como porta de entrada dos jovens profissionais na empresa e no mercado de trabalho.

9.2 Projetos Ambientais

Centro de Educação Ambiental – CEA - O Centro de Educação Ambiental (CEA), inaugurado em 2000, na Usina São Martinho, e em 2010 na Usina Boa Vista, é uma experiência de sucesso e uma instrutiva forma de ensinar sobre a preservação dos recursos naturais do planeta. O projeto, com infra-estrutura, equipamentos e recursos

diferenciados, está há quase uma década em operação na Usina São Martinho, onde já recebeu mais de 50 mil visitantes, a maioria estudantes dos ensinos médio e fundamental e colaboradores.

Viveiro de Mudanças - O Grupo São Martinho mantém um viveiro de mudas localizado em Pradópolis (SP) e outro em Quirinópolis (GO), que produzem, aproximadamente, 300 mil mudas de árvores por ano para reflorestamento de matas ciliares, reserva legal, e doações à comunidade, poder público, etc. São mais de 200 espécies de árvores nativas. Desta maneira, protege-se o meio ambiente, preservando a fauna e a flora original, prevenindo e evitando a erosão do solo e o assoreamento dos cursos d'água.

Projeto “Viva a Natureza” - Iniciado em 2000 na Usina São Martinho, prevê o plantio de 1 milhão de mudas de árvores nativas até 2010 nas áreas de recomposição e matas ciliares em todos os municípios onde o grupo São Martinho atua. Com a participação dos alunos, comunidade e praticamente todos os colaboradores, o projeto tem a finalidade de sensibilizar, educar e preservar a natureza.

10. Aderência à Câmara de Arbitragem

A Sociedade, seus acionistas, administradores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal (este último quando e se instalado) estão obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, nos termos do artigo 46 de seu Estatuto Social.

11. Serviços Prestados pelos Auditores Externos
2. AUDITORES
2.1. Em relação aos auditores independentes:

	Exercício social findo em 31 de março de		
	2012	2011	2010
a) Nome empresarial	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (1º trimestre)
b) Responsáveis, CPF e dados para contato	Sr. Mauricio Cardoso de Moraes CPF.: 795.008.389-15 E-mail: mauricio.moraes@br.pwc.com <u>Endereço:</u> Av. Antônio Diederichsen, 400 - 21º andar conj. 1 a 6, CEP.: 14020-250, Ribeirão Preto/SP <u>Telefone:</u> (16) 2133-6600 <u>Fax:</u> (16) 2133-6685	Sr. Mauricio Cardoso de Moraes CPF.: 795.008.389-15 E-mail: mauricio.moraes@br.pwc.com <u>Endereço:</u> Av. Antônio Diederichsen, 400 - 21º andar conj. 1 a 6, CEP.: 14020-250, Ribeirão Preto/SP <u>Telefone:</u> (16) 2133-6600 <u>Fax:</u> (16) 2133-6685	<i>Responsável 2º trim, 3º trim e 4º trim:</i> Sr. Mauricio Cardoso de Moraes CPF.: 795.008.389-15 E-mail: mauricio.moraes@br.pwc.com <i>Responsável 1º trim:</i> Sr. Nourival Claudino Pedroso CPF.: 813.409.748-00 E-mail: npedroso@deloitte.com <u>Endereço:</u> Rua Alexandre Dumas, 1.981, CEP.: 04717-906, São Paulo/SP <u>Telefone:</u> (11) 5186-1000 <u>Fax:</u> (11) 5186-1283
c) Data da contratação dos serviços	20 de junho de 2011	10 de agosto de 2010	10 de agosto de 2009
d) Descrição dos serviços contratados	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a findar em 31 de março de 2012 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2011, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês; Serviços de consultoria tributária contemplando: revisão dos procedimentos de apuração de cálculo de IRPJ e CSLL, revisão dos procedimentos do preenchimento da DIPJ, revisão dos procedimentos de apuração do PIS e COFINS e revisão dos procedimentos de apuração do ICMS e IPI.	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a findar em 31 de março de 2011 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2010, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês; Serviços de consultoria tributária contemplando: revisão dos procedimentos de apuração de cálculo de IRPJ e CSLL, revisão dos procedimentos do preenchimento da DIPJ, revisão dos procedimentos de apuração do PIS e COFINS e revisão dos procedimentos de apuração do ICMS e IPI.	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a findar em 31 de março de 2010 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2009, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês; Serviços de consultoria tributária contemplando: revisão dos procedimentos de apuração de cálculo de IRPJ e CSLL, revisão dos procedimentos do preenchimento da DIPJ, revisão dos procedimentos de apuração do PIS e COFINS e revisão dos procedimentos de apuração do ICMS e IPI.
e) Substituição do auditor	Não houve substituição do auditor	Não houve substituição do auditor	Sim
i) Justificativa da substituição	Não aplicável	Não aplicável	A substituição ocorreu porque a administração da Companhia entendeu que a substituição é um processo natural e salutar de rotatividade, conforme política de governança corporativa.
ii) Razões do auditor pela discordância da justificativa da substituição	Não aplicável	Não aplicável	Não há